INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO (ILATIT)

GEOGRAFIA – BACHARELADO

REGULAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO PERÍODO ATUAL: O PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

LEONARD FREEMAM

Foz do Iguaçu
2015

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO (ILATIT)

GEOGRAFIA – BACHARELADO

REGULAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO PERÍODO ATUAL:
O PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

LEONARD FREEMAM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Trevisan

Foz do Iguaçu
2015

LEONARD FREEMAM

REGULAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO PERÍODO ATUAL:
O PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Dr. Leandro Trevisan
UNILA

_____
Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier
UNILA

_____
Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho
à minha Mãe ...

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha Mãe, Maria José da Silva; mulher guerreira e separada, como milhares de outras Mães Latinoamericanas, criou seus filhos e ofereceu a estes a possibilidade de cada um viver suas escolhas e, principalmente, suas responsabilidades. Te Amo Mãe.

Gratidão aos meus Irmãos, Anna e Leonel, e, também, à minha sobrinha Letícia e seus dois lindos filhos, Matthew e Nicholas. Gratidão também a minha Tia Rosinha e meus Tio Nego, Tio Mauro e Tio Celso, todos vocês foram e são imprescindíveis.

Muchas gracias tanbién, en especial, a mi Companheira, Mi Amor María Magdalena, que la Vida y la UNILA se encargaron de unir nuestros cosmos. Bien como, también a mi família Uruguaya, Mi Suegra Vilma López, Tío Tito e Tío Negro, la constante presencia de todos ustedes se hizo esencial.

Agradeço também, ao meu Orientador, Leandro Trevisan, pela constante orientação e acompanhamento desde a Iniciação Científica, momento de profunda aprendizagem acadêmica. E, também pela confiança creditada durante o processo destes trabalhos. E, também, aos professores e membros da Banca Examinadora deste trabalho, Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier e Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior.

Às/aos companheiras/os e anos de estudos em Ciências Sociais, na PUC-SP, lugar e pessoas que marcaram meu inicio acadêmico e, graças às inquietudes aí propiciadas, me conduziram à Geografia. Também às/aos companheiras/os e outros anos de estudos em Licenciatura em Geografia, da primeira turma noturna no IFSP-SP, de onde trago no peito Irmãos e Irmãs que, assim como eu, acreditam na educação como uma forma emancipatória dos indivíduos.

Um agradecimento especial, também, às/aos companheiros e professores do curso e a possibilidade de haver podido experimentar a UNILA e ser parte da primeira turma do então nomeado curso de Geografia – *Território e Sociedade na América Latina*. Ao largo de cinco anos, o que aqui se viveu será levado pra vida.

Agradeço a Todos Irmãos e Irmãs que a Vida nos presenteia; ousarei citar alguns, Almir Moreira, Luiz F. Pinto, Luiz Fernando Rodrigues, Tobias Turcarelli, Tiago Cagnotto e Fernando Mafra! Seguramente faltam nomes, mas estes são especiais.

Gratidão a todas e a todos.

Quando geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte, eles estão certos, mas a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenômeno técnico, é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação. ***Milton Santos***

FREEMAM, Leonard. **Regulação e Uso Corporativo do Território no Período Atual: O** Programa de Incentivos Fiscais da Zona Leste do Município de São Paulo. 2015. p. 82. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Geografia – Bacharelado – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

A passagem do século XIX para o século XX, marca um ponto de inflexão na história de São Paulo. O avanço da cultura do café em solo paulista, junto aos avanços técnicos empregados ao território à época, impulsionaram o início do processo de industrialização. Tal processo, além de alterar a base produtiva, contribuiu com o aumento das desigualdades. Assim, a segregação sócioespacial é uma das marcas conjunturais na história da capital paulista. É nesse contexto que a Zona Leste da cidade de São Paulo foi preterida no processo de modernização da cidade, abrigando, na atualidade, um grande contingente populacional e fortes disparidades sócioespaciais. Com o discurso de dinamizar a economia, e assim minimizar os problemas locais, o governo municipal vem utilizando os incentivos fiscais como ferramenta do planejamento urbano nesta região. Assim, buscaremos neste trabalho investigar e debater como este *Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste*, tem implicado em novos usos do território neste compartimento da metrópole paulista.

Palavras-chave: Incentivos Fiscais. Usos do Território. Planejamento Estratégico Urbano. Urbanização Corporativa. São Paulo.

FREEMAM, Leonard. **Regulation and Corporate Use of the Territory in the Current Period**: The Tax Incentives Program of the East Zone of São Paulo City. 2015. p. 82. Final Research Paper – Geography Graduated – Bachelor Degree – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Iguassu Falls, 2015.

ABSTRACT

The passing of the 19th century to the 20th represents a turning point in São Paulo's History. Both the advance of coffee culture in São Paulo's lands and technical advances applied to its territory at the period boosted the start of the industrialization process. Such process not only changed the production base, but also increased social inequalities. Thus, sociospatial segregation is a conjunctural trademark in the History of São Paulo's capital reproduction. In this context, the East Zone of the city was deprecated in the city's modernization process, hosting nowadays a great population and strong sociospatial disparities. The City Council, with its discourse on economic dynamization and local problems shrinkage, uses tax incentives as a tool in the local urban planning. Hence, in this paper we seek to investigte and debate how such Tax Incentive Programmes, which benefit service providers in the East Zone of São Paulo, have implied in new territory uses in this section of the metropolis.

Key-words: Tax Incentive. Territory Uses. Urban Strategic Planning. Corporate Urbanization. Sao Paulo.

FREEMAM, Leonard. **Regulacion y Usos Corporativos del Territorio en el período atual: El Programa de Incentivos Fiscales de la Zona Este de la Ciudad de São Paulo**. 2015. p. 82. Trabajo de Conclusión de Curso – Graduación en Geografia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz de Iguazú, 2015.

RESUMEN

El pasaje del siglo XIX para el siglo XX, marca un punto de inflexión en la historia de *São Paulo.* El avance de la cultura del café en suelo *paulista*, junto a los avances tecnicos empleados em el territorio en la época, impulsaron el inicio del proceso de industrialización. Dicho proceso además de alterar la base productiva, contribuyó con el aumento de las desigualdades. Así, la segregación socioespacial es una de las marcas coyunturales en la historia de la capital *paulista*. Es en esse contexto, que la Zona Este de la ciudad de *São Paulo* fue preterida en el proceso de modernización de la ciudad, abrigando en la actualidad gran contingente poblacional, y fuertes disparidades socioespaciales. Con el discurso de dinamizar, y así minimizar los problemas locales, el gobierno municipal viene haciendo uso de incentivos fiscales como herramienta de planificación urbana en esta región. Así, buscaremos en este trabajo investigar y debater cómo el *Programa de Incentivos Fiscales para prestadores de servicios en región da la Zona Este*, ha implicado en nuevos usos del territorio, en este compartimiento de la metropole *paulista*.

Palabras clave: Incentivos Fiscales. Usos del Territorio. Planificación Estratégico Urbano. Urbanización Corporativa. San Pablo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estradas de Ferro da Província de São Paulo – Séc. XX.....p. 22

Figura 2 – Município de São Paulo e regiões / Zona Leste.....,.p. 47

Figura 3 – Estabelecimentos ativos na Região Incentivada no Programa de Incentivos Fiscais para Prestadores de Serviços da Zona Leste.....p. 64

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Avenida São João (1902).....p. 24

Foto 2 – Imagem Panorâmica da Vila Maria Zélia (1926).....p. 26

Foto 3 – Imagem noturna do centro de São Paulo, década de 1940.....p. 28

Foto 4 – A Favela do Paraisópolis, ao fundo edificações de alto padrão (2015).....p. 39

Foto 5 – Avenida Radial Leste década de 1970.....p. 48

Foto 6 – COHAB José Bonifácio (2013).....p. 49

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – O Avanço do plantio de café entre Rio de Janeiro e São Paulo.....p. 19

Mapa 2 – Arquipélagos da economia brasileira – Séc. XIX.....p. 20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro com Nomes e endereços dos estabelecimentos aderidos ao Programa.....p. 59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acréscimo de população no município, região metropolitana e estado de São Paulo e Brasil, entre os anos de 1900 e 2000.....p. 31

Tabela 2 – Dados recenseados do Município de São Paulo, nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.....p. 50

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANPF	Associação Nacional de Preservação Ferroviária
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCM	Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CID	Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COHAB	Conjunto Habitacional
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DPI	Declaração sobe Operações Imobiliárias
EPP	Empresa de Pequeno Porte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Território Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI-IV	Imposto Sobre transmissão de Bens Imóveis
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
OUC	Operação Urbana Consorciada
PEA	População Economicamente Ativa
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SFDE	Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

Capítulo 1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO.....18
1.1 CAFÉ 'EXPRESSO'.....19
1.2 BREVE SÉCULO XX.....25
1.3 SÃO PAULO: METRÓPOLE CORPORATIVA E DESIGUAL.....30
1.3.1 São Paulo: Metrópole Corporativa e Informacional.....32

Capítulo 2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO .36
2.1 A CIDADE COMO TOTALIDADE.....37
2.2 ESTADO, PLANEJAMENTO E OS INTERESSES CORPORATIVOS.....39
2.3 AS CIDADES E AS MODERNIZAÇÕES SELETIVAS NO TERRITÓRIO.....41
2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO NA ATUALIDADE: A SMDU.....44
2.4.1 Zona Leste do Município de São Paulo: Primeiras Considerações.....46

Capítulo 3. NORMAS E OS USOS DO TERRITÓRIO.....53
3.1 O TERRITÓRIO NORMADO E O TERRITÓRIO COMO NORMA.....54
3.2 GENESE E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO.....55
3.3 ALGUNS RESULTADOS DO PROGRAMA NA ATUALIDADE.....62

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....73

BIBLIOGRAFIA.....78

ANEXOS.....80
ANEXO I - PERÍMETRO DE AÇÃO DO PROGRAMA (ÁREAS INCENTIVADAS).....81
ANEXO II – QUADRO DOS CONTRIBUINTES ADERIDOS AO PROGRMAMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM REGIÃO DA ZONA LESTE.....82

INTRODUÇÃO

De acordo com Ana Clara Torres Ribeiro (2003), os conceitos de *território usado* e *território praticado*, oferecem a noção de *tempo empírico,* que possibilita uma periodização a partir da maneira como se dá a ocupação e uso do território; ainda segundo a autora, ambos os conceitos fazem referência direta a um *território em mudança*, ou seja, *um território em processo*[1].

Neste sentido, o presente trabalho tratará de apresentar um breve resgate histórico do processo que culminou em uma densa urbanização na cidade de São Paulo. Buscaremos, também, compreender quais medidas foram adotadas para lidar com as demandas geradas por este processo, de tal maneira que possamos debater como tem ocorrido o uso deste compartimento do território brasileiro ao longo de sua formação.

Para tanto, abordaremos a história da cidade de São Paulo a partir de um momento em que as ações políticas e econômicas aí praticadas passavam paulatinamente a repercutir em boa parte do território nacional. Como sinaliza Schiffer (2010), ao retratar a capital paulista à época colonial, esta, por mais de dois séculos, teve o "papel de entreposto entre o litoral e o planalto"(p. 79); entretanto, já com o incremento da cultura do café sobre seu território, sua importância na economia nacional começa a ganhar destaque.

Já ao fim do século XIX, os cafeicultores do estado de São Paulo eram responsáveis por boa parte da produção nacional desta cultura. De acordo com Cano (2007), é graças a implementação de uma rede de infraestrutura, sobre solo paulista, capaz de dinamizar – à época – o escoamento da pungente *produção* de café, que permitiu grandes inversões na nascente indústria.

Desta forma, graças aos aportes técnicos no território, ocorridos com o avanço da produção de café, foi possível iniciar o processo de industrialização, processo este que foi acompanhado pela atração de milhares de pessoas, não só do Brasil, como também de outras partes do mundo. A execução de políticas pontuais (que favoreceram a implementação de obras de infraestrutura e políticas de imigração), perpetradas pelo Estado, serão decisivas na condução dessas ações.

1 "É essa concepção do território que permite enredar sistema técnico e sistema de ação […] envolve a experiência prática do espaço e a valorização plena da ação política" (RIBEIRO, 2003, p. 37)

Crises no cenário internacional à época, favoreceram o incremento de políticas cujo intuito principal foi estimular a produção e o desenvolvimento do mercado nacional (período conhecido como "substituição de importações"). O intenso processo de modernização seletiva, incursionado sobretudo pelo próprio Estado, configurou o território de modo a responder às demandas de mercado (principalmente às do mercado externo), sobrepondo, assim, às reais demandas locais de sua crescente população. Assim, segundo Santos (1990), o aumento da cidade e da pobreza dar-se-iam de modo concomitante.

Dentro desse contexto, o agente que dispõe de capacidade para responder às demandas de toda a população, direta e indiretamente, seria o Estado; dessa maneira, a atuação do poder público, seja na figura do governo estadual, municipal ou federal, é decisivo na maneira como o território será organizado e usado.

Diante desse processo de modernização seletiva do território na metrópole paulista, nos chama a atenção, nos dias atuais, o *Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo*; portanto, buscaremos neste trabalho, discutir como este Programa de Incentivos Fiscais tem proporcionado novos usos do território na Zona Leste da metrópole de São Paulo.

Como explicam Rolnik e Frúgoli Jr. (2001, p. 44), a ocupação da Zona Leste paulistana deu-se, sobretudo, a partir da constituição de *núcleos* espalhados "ao longo do antigo caminho que ligava a cidade de São Paulo à cidade Rio de Janeiro, através do Vale do Paraíba", onde também foi construída a antiga estrada de ferro, a Central do Brasil, conectando ambas cidades. De tal modo que a implantação dessa ferrovia, no caso paulistano, no início do século XX, serviu também para delinear bem quais grupos da sociedade iriam ocupar determinados lugares da cidade.

Assim, ao passo que novos objetos técnicos são instalados na cidade, se reorganizam também as ocupações e usos do território. Neste sentido, ao discorrer sobre o bairro de Itaquera (Zona Leste de São Paulo), D'Andrea[2] (2012, p. 2) destaca que a "inauguração da Estação [de metrô] Corinthians-Itaquera colocou o bairro em um patamar diferente no que tange à sua relação com o Centro de cidade, diminuindo, mas não resolvendo, o problema de segregação sócioespacial", o que, ainda segundo o autor,

2 Artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, D'Andrea, T. Itaquera, muito além da Copa do Mundo.

converteria Itaquera em uma centralidade dentro da região estabelecida, graças a conformação de um grande centro comercial nos entornos da estação.

Com o discurso de promover o desenvolvimento econômico e social da Zona Leste de São Paulo, foi decretada, em 2013, a Lei 15.931 (sob a gestão do prefeito Fernando Haddad), que dispõe sobre a criação de medidas incentivadoras para impulsionar o uso corporativo do território na região Leste da capital, (o então "Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo"). Vale salientar, contudo, que a gênese deste programa remonta a gestões anteriores.[3]

Conforme dirá Antas Jr. (2005, p. 207-8),"o espaço geográfico é fonte material e não-formal do direito e de que as decisões sobre as políticas de produção do território implicam a produção de normas que afetam o conjunto da sociedade". Ou seja, não apenas o poder público incide com suas políticas sobre o uso e regulação do território, mas também, (ainda segundo o autor) os agentes privados, que cada vez mais, conseguem exercer influencia, não apenas na elaboração, como na própria condução destas políticas.

Isto posto, nos lançamos neste trabalho sobre algumas indagações: Quais as potencialidades do Programa de Incentivos Fiscais? Quais seus limites? Por que, após tantos anos de existência, poucas empresas se inseriram no programa? Como se articula o território normado e o território como norma?

Para problematizar estas questões, organizamos o presente trabalho em três capítulos; no Primeiro Capítulo, buscamos apresentar um breve histórico da cidade de São Paulo, desde a colonização até o inicio da industrialização; após, mostraremos como esta cidade se desenvolveu ao longo do séc. XX e, em seguida, apresentaremos de que forma a cidade foi se constituindo enquanto uma metrópole fragmentada, corporativa e informacional.

No Segundo Capítulo, apresentaremos algumas considerações acerca do planejamento urbanos para, depois, analisar como este tem sido realizado na cidade de São Paulo, focando, principalmente em projetos voltados à Zona Leste desta capital.

No Terceiro e último capítulo, discutiremos a importância delegadas às normas para a organização do território; em seguida, trataremos de contextualizar a criação e

3 Lei n. 13.833/04 e Lei n. 14.654/07

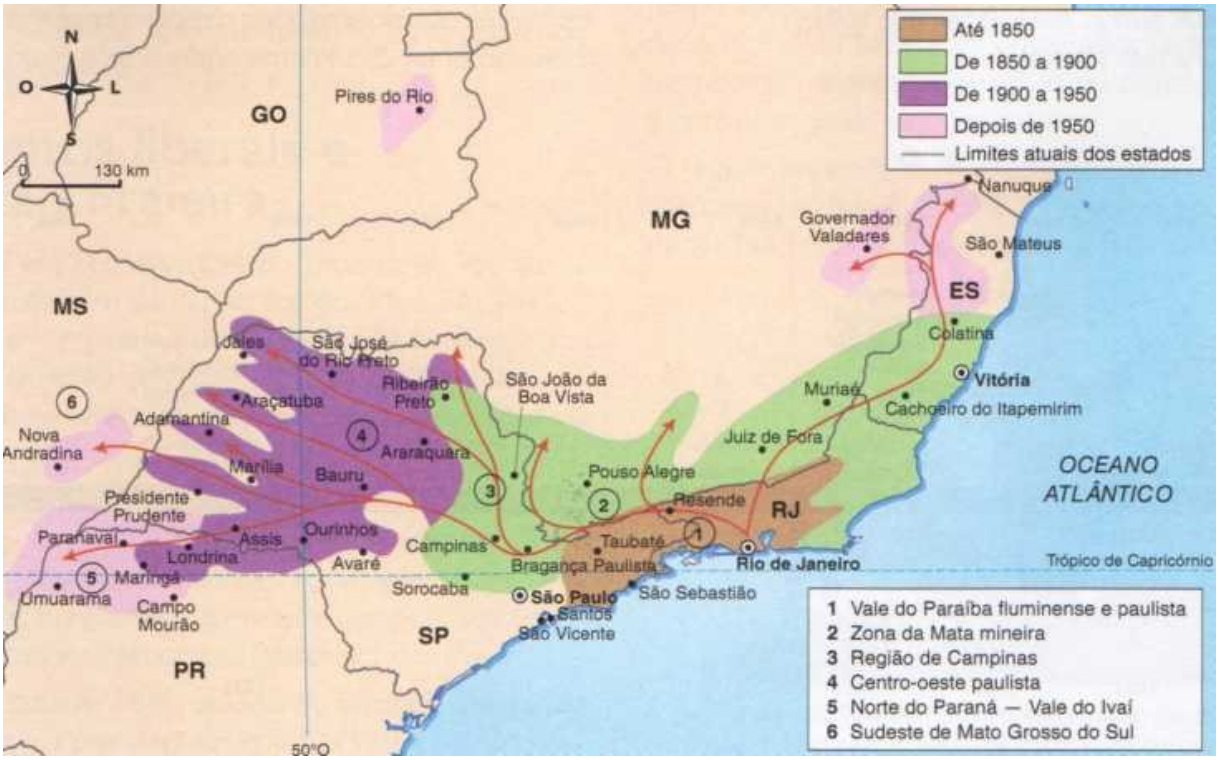
evolução do Programa de Incentivos Fiscais, desde sua criação até os dias atuais e, por fim, problematizar a relação entre território normado e território como norma.

Capítulo 1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

1.1 CAFÉ 'EXPRESSO'

O inicio do século XIX, marca o momento em que a cidade de São Paulo passa a ser capital da Província de mesmo nome, em um contexto auspicioso, já que, nesse momento, a cultura do café avançava com força em solo paulista (Mapa 1). Após profundas alterações na paisagem de parte do estado fluminense, o café tomou rumo do estado de São Paulo. Já no final daquele século, boa parte da produção cafeeira no país, encontrava-se nas mãos dos produtores deste estado.

Mapa 1 – O Avanço do plantio de café entre Rio de Janeiro e São Paulo



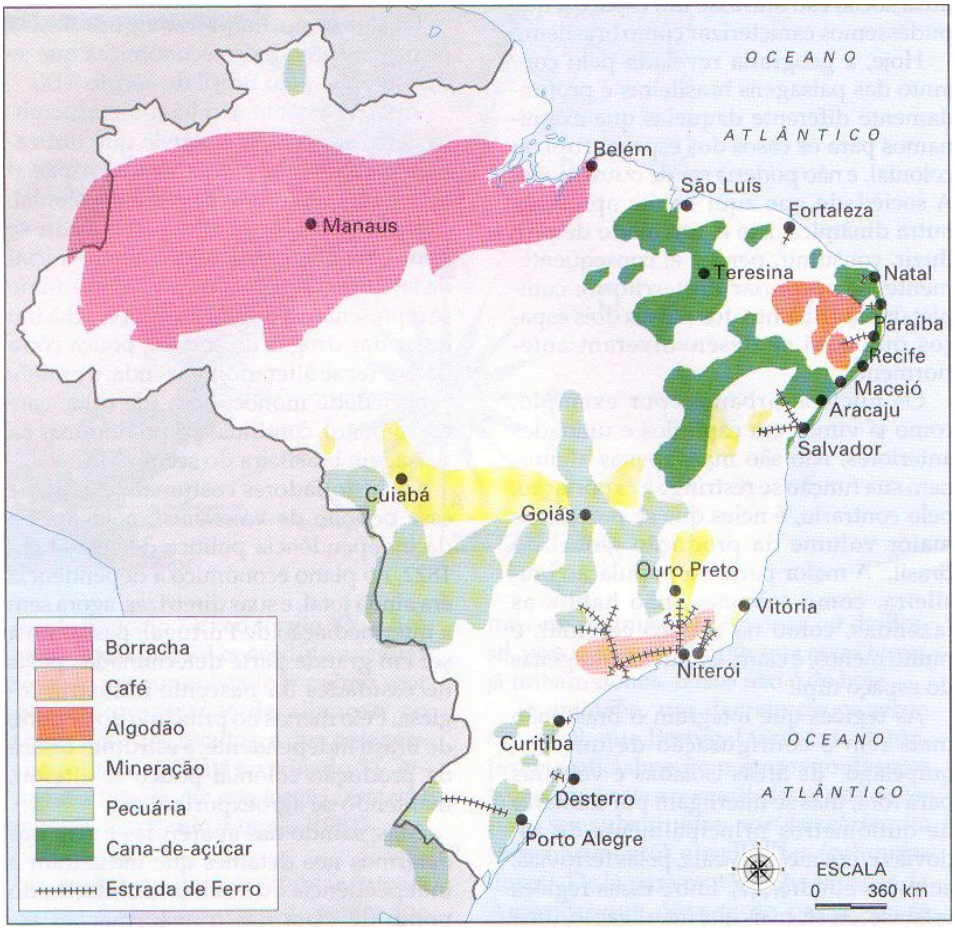
Fonte: GeoSidarta[4]

Santos (1993) aponta que, durante o mesmo período, o país já contava com alguns núcleos urbanos, importantes para a dinâmica da economia à época; entretanto, dirá o autor, “estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes” (p. 26),

4 Disponível em: geosidarta.blogspot.com.br/2014/10/7-ano-origens-economicas-da-regiao.html, acessado em: 07.12.2015

conformando, assim, “um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (idem) [Mapa 2].

Mapa 2 – Arquipélagos da economia brasileira



Fonte: Geografia – Ciência do Espaço – O Espaço Brasileiro – 2° Grau, Ed. Atual, São Paulo, 1997 *(com adaptações)*

Neste contexto, o Estado de São Paulo, graças ao avanço e intensificação do plantio de café sobre seu território, durante a segunda metade do século XIX, se torna um grande *polo dinâmico*, cuja área de influência se concentra ao sul do país, incluindo, “ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais” (SANTOS, 1993, p. 26). Tal situação explicará o autor, deve-se em grande medida aos aportes técnicos realizados naquele compartimento do território nacional.

Ainda dentro desse contexto, e também de acordo com Santos (1993), o modo de produção capitalista, a divisão do trabalho empregada bem como os aportes técnicos

realizados, nesta parcela do território, representará uma integração insuficiente e concentrada. Nesse sentido, Santos (idem) aponta que esta divisão do trabalho, entretanto, "é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro" (p. 27), sobretudo no caso do estado paulista.

A organização territorial nesse contexto (como mencionado anteriormente), é pautado por grandes aportes técnicos realizados sobre o território (ainda que seletivamente), bem como por um conjunto de ações capazes de oferecer a racionalidade requerida para expansão do capital. Deste modo, será graças a estes aportes técnicos e às relações constituídas à época que, de acordo com Cano (2007, p. 60), foram criadas as "condições para uma acumulação capitalista diversificada, não só em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros." Portanto, a partir da segunda metade do século XIX, o estado de São Paulo passaria a ocupar o topo da lista dentre os exportadores dessa cultura. Até então, a participação do estado na economia do país era ainda bastante incipiente.

Desta forma, a implementação da primeira estrada de ferro de São Paulo, "com seu importante papel de encurtar as distâncias entre o campo e a cidade, entre a cidade e o porto" (OLIVEIRA, 2009, p. 37), será determinante para a expansão do café pelo interior do estado. Trata-se da ferrovia São Paulo Railway, inaugurada em 1867; anos mais tarde, esta ferrovia teria um ramal, através do qual se chegaria ao Rio de Janeiro, na então chamada Estrada de Ferro D. Pedro II, posteriormente chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil.

Outro ramal ferroviário importante, inaugurado em 1875, a Companhia Sorocabana, confirma "o paralelismo entre o movimento das lavouras de café e o das estradas de ferro" (OLIVEIRA, 2009, p. 38), o que corroborou para o avanço das plantações rumo à oeste. Em 1919, este ramal alcançaria a cidade de Presidente Prudente, bem a oeste do estado e a aproximadamente 600 km de distância da capital. Assim, a constituição dessas ferrovias (Figura 1) foram cruciais para a ocupação e criação de novos centros urbanos, não apenas no estado de São Paulo, mas em todo o país.

Figura 1 – Estradas de Ferro da Província de São Paulo – 1878

Fonte: Portal da ANPF[5]

Durante a intensa produção de café, o capital gerado, bem como os aportes técnicos criados no território para facilitar o escoamento da produção, ofereceram as possibilidades para o início do processo de industrialização. Tal processo, será acompanhado pela migração de milhares de pessoas, de regiões distintas do país, como também de outras partes do mundo, e, nesse caso, a participação dos governos[6] federal e estadual, será fundamental.

Vale ressaltar que, justamente nesse momento, também se abolira o tráfico negreiro, graças a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850; este processo, segundo Oliveira (2009, p. 31), "colocaria o mesmo problema a todas as regiões do Brasil: o de criar urgentemente soluções para o problema da escassez da mão-de-obra escrava". E, diante de tal necessidade, incentivar a imigração foi uma das ações adotadas; ainda segundo a autora, "a província de São Paulo seria a primeira a resolvê-lo de forma criativa a partir da adoção do trabalho livre, em especial o imigrante" (p. 32).

5 Disponível em: anpf.tempsite.ws/histnostrilhos/historianostrilhos14_janeiro2004.htm, acessada em 04.12.2015

6 Conforme publicação no sítio web do Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php, acessado em 15.10.2015.

Nesse sentido, a chegada de imigrantes europeus ao estado de São Paulo segundo Santos (2010), representará no começo do séc. XX, quase a totalidade de imigrantes no estado paulista. Diferente da maneira como ocorreu em outros países latinoamericanos, no caso brasileiro, uma parte considerável desse contingente desfrutava de condições singulares[7], quando comparadas às condições de boa parte do contingente populacional (principalmente negros e indígenas) desta região; isto, acentuaria, ainda mais, as desigualdades entre esse grupo e a população local.

A participação desses imigrantes na lavoura de café, contribuiu com sua produção em larga escala; como diz Santos (2010, p. 19), "pode-se falar de um efeito multiplicador entre os recursos trazidos pela economia brasileira e de uma passado técnico trazido pelo imigrantes estrangeiros, fatores que proporcionaram à região de São Paulo estímulos para o crescimento inexistentes noutras partes".

Desta maneira, Rolnik (1988, p. 2), aponta que, "ao mesmo tempo a opção 'braço livre europeu' significava usar mão-de-obra 'civilizada', já que não era possível romper repentinamente com todo o arcabouço ético-político da escravidão […]." Já durante esta transição, ainda de acordo com a autora, será exatamente esse o "critério fundamental para definir quem pode constituir o pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana e quem está fora dele" (idem). Ou seja, será este o argumento que autoridades se valerão para justificar uma possível ação truculenta contra pessoas, grupos e/ou movimentos sociais.

Assim, ao final do século XIX, os fazendeiros do interior paulista começaram a acumular capitais, fruto das plantações de café, de modo que, já no início do século seguinte, esta riqueza possibilitou o deslocamento de alguns para a cidade de São Paulo. Estes, chamados *barões do café*, trouxeram para a capital uma demanda e investimentos necessários para uma pungente modernização.

Neste sentido, Silva (2001, p. 15), destaca que "na passagem do século XIX para o XX a vida de relações na cidade de São Paulo passava, pouco-a-pouco, a ser animada ao ritmo das acelerações técnicas do capitalismo industrial" (Foto 1). E, ao discorrer sobre a aceleração das mudanças praticadas, aponta ainda que:

7 Haja visto que alguns países europeus já dispunham, à época, de novas técnicas de agricultura e outros tipos de organização laboral, o que representou uma vantagem diante àqueles que aqui já se encontravam.

> [...] Delineia-se um contexto geográfico com forte mecanização do território, comandado pela produção agro-exportadora e pelas nascentes indústrias, ao passo que a circulação de informações (no sentido que hoje conferimos ao termo) apenas se esboçava e cabia à circulação de matérias, por conseguinte, estruturar o nascente sistema urbano. A ferrovia e o telégrafo estão entre as inovações mais importantes deste período e anunciam o futuro da região (idem).

Foto 1 – Av. São João (1902)[8]

Fonte: Portal Brasiliana[9]

Vemos, assim, uma paisagem que vai acumulando em si profundas transformações, de tal modo que as disparidades sociais acentuam-se cada vez mais, não apenas em São Paulo, mas em vários pontos do país, em uma velocidade galopante. Neste

8 É possível ser observado na imagem, a presença de bondes e cabos de rede elétrica, localizados à Avenida São João, no começo do século XX; centro histórico da cidade de São Paulo.

9 Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2572, acessado em: 07.12.2015

sentido, vemos uma cidade que vai sendo formada de acordo com interesses bem delineados, ou seja, “de um pequeno vilarejo religioso e entreposto comercial cumprindo tímidas funções administrativas da província, São Paulo rapidamente se transforma num centro urbano no primeiro quartel do século XX” (SILVA, 2001, p. 19), mas, agora, com novos agentes e funções múltiplas, adquirindo, já nesta época, um protagonismo econômico no território brasileiro.

São Paulo, assim, com sucessivas mudanças em sua estrutura produtiva, altera não apenas a produção em si, como também as relações pessoais. Ao passo em que a cidade vai crescendo, aumenta-se também o número de *objetos técnicos*, que, a sua vez, condiciona e são condicionado pelas relações humanas. A seletividade com que estes objetos são dispostos no espaço, acaba por determinar, em maior ou menor grau, quais tipos de relações poderão, ou não, dar-se em um determinado lugar.

Assim, Silva (2001, p. 15), aponta que,

> […] São Paulo, assim como as demais grandes cidades do Terceiro Mundo, tem sua formação assentada em relações entretecidas entre a história mundial, nacional, regional e local. Poder-se-ia afirmar que São Paulo é uma cidade mundial há mais de um século”,

Esta condição, vale salientar, conferiu protagonismo à capital paulista dentro da rede urbana brasileira e, em grande medida, dentro da América Latina.

1.2 BREVE SÉCULO XX

O cenário nacional no qual encontrava-se inserida a capital paulista, no início do século XX, é um cenário de profundas transformações sociais, políticas e econômicas.

Como destaca Oliveira (2009), a chegada da indústria formaria também seus primeiros *bairros operários*, localizados em boa parte, ao longo das estradas de ferro e, também, em terrenos degradados que, invariavelmente, em alguns casos desencadeava surtos

de doenças. Neste contexto, o incremento populacional criaria novas demandas sociais, mas que indubitavelmente seria decisivo para o crescimento da cidade de São Paulo.

De acordo com Barbosa (2008), tomando em conta os primeiros censos da indústria realizados no país, em 1907 São Paulo contava com pouco mais de 14.500 operários industriais ocupados, o que representava 10% do total nacional. Já em 1920, esse número sobe para aproximadamente 55.000 operários ocupados, dobrando aquela porcentagem.

Nesse sentido, podemos observar na foto abaixo (Foto 2) uma das primeiras vilas operárias, a Vila Maria Zélia (MORANGUEIRA, 2006), construída nos primeiros decênios do século XX, cujo objetivo era atender cerca de 2500 empregados (e suas famílias), da tecelagem Cia Nacional de Tecidos da Juta, no bairro do Belenzinho, região sudoeste da capital; região esta, na qual já havia a presença de outros estabelecimentos industriais.

Foto 2 – Imagem Panorâmica da Vila Maria Zélia (1926)

Fonte: Arquivo Histórico Municipal[10]

Segundo dados publicados pelo IBGE[11], naquele mesmo ano a população paulistana beirava 580.000 habitantes dos quais, de acordo com Barbosa (2008), pouco mais de 240.000 representam a *população economicamente ativa* (PEA)[12]. Assim, ademais dos trabalhadores em estabelecimentos industriais, se tomarmos em conta, "trabalhadores ocupados nas pequenas empresas e oficinas artesanais, contabilizados pelo Censo Demográfico de 1920", o número de operários ocupados, chega a pouco mais de 100 mil.

10 Disponível em: http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-educativo.htm, acessado em 02.03.2016
11 Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/notasaopaulo.shtm, acessado em: 20.11.2015
12 De acordo com o IBGE, "compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo", disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm, acessado em: 21.11.2015

Dessa maneira, segundo Morangueira (2006, p. 13), ainda que, com grande contingente de imigrantes europeus, faz-se fundamental "apontar, no entanto, a presença também de trabalhadores nacionais, muitos deles mestiços e negros, ocupados nas mais diversas funções na cidade, principalmente junto ao comércio e a atividades informais".

Sobre as bases erguidas, sobretudo com a intensificação da produção de café, foi que o estado de São Paulo pôde destacar-se na economia do país, pois, mesmo em meio a momentos de crises internas, e também externas – como o período entre guerras, o caso do *crash* da bolsa de valores de New York, em 1929, dentre outros –, contou com seu parque industrial disponível (ainda que à época limitado), para prover parte significativa da demanda nacional.

Segundo descreve Cano (2007, p. 50), não seria correto chamar qualquer incursão industrial antes de 1930, de "processo de industrialização", pois, de acordo com o autor, nesse momento a industria ainda não era quem conduzia a economia do país. Após 1933, o autor aponta que "a economia nacional se recupera da crise e o movimento de acumulação industrial é o motor determinante da economia"(idem).

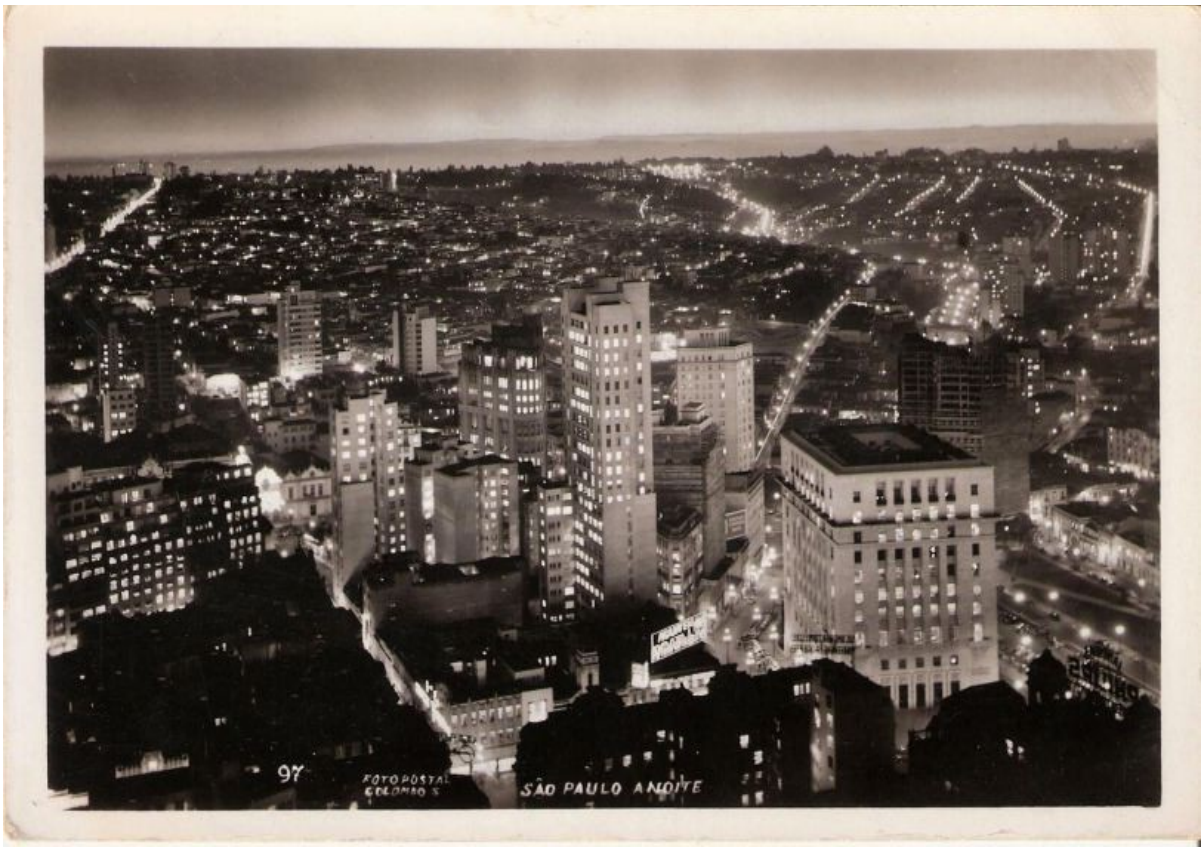
Conforme Singer (2014), a participação da capital paulista na conjuntura nacional, mostrava-se singular com relação às demais cidades. Como salienta este autor, "na medida em que a acumulação do capital tende a se concentrar em uma ou poucas áreas urbanas, São Paulo é uma destas áreas onde se concentra o capital, esvaziando economicamente as outras regiões e, naturalmente, também as cidades nelas contidas" (p. 119).

Como destaca Schiffer (2010, p. 85), "as desigualdades quanto a distribuição espacial das atividades industriais se refletem igualmente na renda e na renda *per capita* estaduais", situação não exclusiva à formação sócioespacial brasileira, mas quase uma tendência seguida na América Latina.[13]

13 Diferenças de renda leva a formação de dois circuitos da economia urbana, os quais, segundo Santos (1997, p. 67) seriam: - Circuito Superior, é "o resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios" que, segundo Silveira (2009, p. 65), estariam compostos por "atividades bancárias e financeiras, comércios, indústrias e serviços modernos, frequentemente orientados para a exportação" e; - Circuito Inferior, "composto por atividades em pequena escala e envolvendo primordialmente a população pobre"(SANTOS, idem), dotadas, sobretudo, aponta Silveira (2009, idem), por "atividades de fabricação, comércio e serviços cujo grau de capitalização, tecnologia e organização é relativamente baixo".

Segundo Silva (2001, p. 39), após os anos de 1940, “as modernizações materiais e imateriais serão vertiginosas tanto para São Paulo quanto para uma vasta região que comporá a fração do território nacional que melhor acolherá os novos fluxos”.[14] Abaixo podemos observar uma imagem noturna do centro de São Paulo da década de 1940 (Foto 3).

Foto 3 – Imagem noturna do centro de São Paulo, década de 1940



Fonte: Sampa Histórica[15]

Outro acontecimento importante na história brasileira, será o golpe de Estado (1964 – 1985) perpetrado por militares, os quais impuseram, à força, sobretudo, seus anseios em consonância às demandas da elite política e econômica então constituída.

14 Após 2ª Guerra Mundial, com grandes avanços tecnológicos em comunicação e infraestrutura, importantes aportes técnicos foram realizados no território, no entanto, a maioria destas obras concentraram-se, no que Santos e Silveira (1979) chamarão de “Região concentrada”, que caracteriza-se pela alta densidade dos fluxos de informações, capitais e mercadorias. E, “se define por ser a área onde o meio técnico-científico é tendencialmente mais contíguo” (SILVA, 2005, p. 416), formada sobretudo por estados das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

15 Disponível em: sampahistorica.wordpress.com/tag/brasilar/, acessado em: 15.10.2015

Importante para a economia do país, São Paulo ganha ainda mais atenção dentro do cenário internacional. O capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, nesse momento, começam a instalar sucursais em outros países, como o Brasil (SCHIFFER, 2010). Com a ascensão da cidade, sobretudo quanto sua participação na economia e política do país, dirá a autora (2010, p. 88) que "em 1955, São Paulo, centro da iniciante unificação do mercado nacional, detinha a hegemonia econômica, contando com o maior e mais avançado parque industrial do país, além de uma agricultura muito avançada e já significativos contingentes urbanos".

A atuação do Estado, de acordo com Santos (1989), em face aos aportes técnicos realizados (contribuição direta do golpe militar em 1964) fez-se fundamental; como dirá Schiffer (2010, p. 90), este "arcou com os investimentos relativos à expansão energética, das comunicações e dos transportes", com vistas à atração de investimentos privados.

Entretanto, tal expansão não buscava atender às demandas sociais já existentes à época, senão que corroborou para aprofundar as desigualdades sócioespaciais. Esta situação ocorreu não apenas na cidade de São Paulo, mas em todo o território brasileiro.

De acordo com Schiffer (2010), após a industrialização em São Paulo atingir seu ápice, durante a década de 1970, se pretendeu redistribuir algumas destas atividades aí centralizadas para o interior do estado como também para outras cidades, atividades estas que, segundo a autora serviram de "instrumentos auxiliares para o controle do desenvolvimento das forças produtivas internas como forma de manutenção da classe dominante" (p. 101).

Segundo Santos (1989), frente às crescentes demandas sociais, o Estado, ao invés de valer de seus recursos para atender a estas demandas, os "conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de metrópole *corporativa*, voltada essencialmente para a solução dos problemas das grandes firmas e considerando as demais como questões residuais" (p. 105).

Verifica-se, portanto, que as condições criadas na Cidade e Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, desde o avanço do café sobre o estado de São Paulo, gerou diversas demandas sociais (até então ignoradas pelo poder público) e, ao mesmo tempo, garantiram a incursão e crescimento do processo de industrialização. Entretanto, a maneira como foi sendo ocupado seu território, exemplifica bem o termo *metrópole corporativa*, pois

mostra o prevalecimento dos interesses ditados pelas empresas, pelas elites, bem como pela classe média, em detrimento das reais necessidades de sua crescente e diversa população.

1.3 SÃO PAULO: METRÓPOLE CORPORATIVA E DESIGUAL

Ao mesmo tempo em que se notava vertiginoso crescimento econômico, via-se também o aumento da mancha urbana na cidade de São Paulo, o que traria consigo novas necessidades demandadas pela sociedade no meio urbano. Acesso à saúde, educação, moradia e emprego, podem ser elencadas dentre algumas.

Contudo, não apenas a ausência de alguns destes itens básicos (em alguns casos), mas também a dificuldade em acessar tais serviços é algo que corrobora para o aprofundamento das desigualdades sócioespaciais. E, nesse caso, São Paulo consegue reunir vários fatores que tem servido para manter tal condição. Sobretudo, pautados por planejamentos que conseguiram aprofundar ainda mais essa situação[16].

A chegada de milhares de imigrantes, mas agora, principalmente de migrantes, advindos sobretudo da região Nordeste do país, formaria na cidade de São Paulo aquilo que Singer (2014), baseado em Marx, chama de *exército industrial de reserva*, que, ainda de acordo com o autor, estaria constituído sobremaneira "pelas massas rurais submergidas numa economia de subsistência pré-capitalista" (p. 125), cuja participação do Estado foi crucial.

Os números apresentados abaixo (Tabela 1), mostram os acréscimos populacionais em períodos do século XX, até 2010, no estado, região metropolitana e município de São Paulo, assim como no país.

16 Discutiremos esta questão no Cap. 2.

Tabela 1. Acréscimo de população no município, região metropolitana e estado de São Paulo, e Brasil, entre os anos de 1900 e 2010.

Anos	Município de São Paulo	Região Metropolitana de SP	Estado de São Paulo	Brasil
	População			
1900	239.820	-	2.282.279	17.318.556
1920	579.033	-	4.592.188	30.635.605
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	41.236.315
1960	3.781.446	4.739.406	12.974.699	70.119.071
1980	8.493.226	12.588.725	25.040.712	119.002.706
2000	10.434.252	17.878.703	37.032.403	169.799.170
2010	11.253.503	19.683.975	41.262.799	190.755.799

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Fonte: SDMU[17] *(com adaptações)*

Vale destacar que, a concentração industrial perpetrada no país, teve São Paulo (unidade federativa) como *lócus* da chamada modernidade e dito progresso, serviu como propaganda de atração de milhares de pessoas, tanto num intenso movimento migratório de várias partes do país, como também com o incremento populacional já ocorrido na primeira quinzena do século XX, com a forte imigração europeia para as lavouras de café do estado.

Dessa maneira, São Paulo (através de suas elites econômicas e políticas), à frente do processo de integração nacional e unificação da economia, buscou, segundo Schiffer (2010), estabelecer conexões a partir de seu parque industrial com as demais regiões do pais, ou seja, procurou

> alargar o mercado consumidor potencial dos produtos industrializados, além de propiciar a drenagem de mão de obra (qualificada ou não) e capitais dessas regiões para investimentos de maior rentabilidade nos novos empreendimentos de tecnologia avançada e produtividade superior (p. 91).

A organização do território, não só em São Paulo, mas em vários lugares do país, nesse contexto, faz-se com o emprego de grandes aportes técnicos espalhados seletivamente pelo espaço geográfico, capazes de oferecerem a fluidez cada vez mais requerida para o avanço do capital. Assim, a velocidade com que a paisagem vai sendo

17 Disponível em: smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php, acessado em: 23.11.2015

transformada é, também, a mesma velocidade com que as disparidades sociais vão sendo cada vez mais acentuadas.

Segundo Santos (1990), na cidade corporativa, são os anseios das empresas hegemônicas, principalmente, que são atendidos com prioridade pelo Estado, enquanto que aquilo que é destinado "ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos" (p. 95). Assim, "tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações" (SANTOS, 1993, p. 107). Ainda de acordo com o autor, o papel desempenhado pelo Estado é fundamental para que tais ações ocorram.

Como consequência, dirá o autor, que "melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres" (SANTOS, 1993, p. 113)

Assim, a intervenção estatal, na construção de redes e na intensificação de fluxos sobre o território, tende oferecer muito mais respostas a interesses privados, sobretudo de capital estrangeiro, do que a população local. Como explica Silva (2001, p. 37), "São Paulo torna-se uma *metrópole onipresente*, cujo papel consiste em regular velozmente a dispersão das modernizações e dar garantias à acumulação capitalista"; no entanto, a seletividade desta modernização acentuará, ainda mais, a desigualdade que há dentro desta metrópole, como também nas demais cidades e regiões do país.

De tal maneira, ao mesmo tempo em que verifica na cidade grandes empreendimentos, modificando constantemente a paisagem urbana da capital paulista, vê-se também o alargamento das desigualdades sócioespaciais impressas nesta mesma paisagem. Verifica-se, também, que o destino de boa parte dos recursos públicos do município, tem servido muito mais aos interesses de corporações globais.

1.3.1 São Paulo: Metrópole Corporativa e Informacional

O período atual é marcado por uma ampliação da divisão social e territorial do trabalho, fruto, em grande medida, da organização seletiva do território. Nesse sentido, Silva (2005, p. 413) aponta que,

> o ritmo das acelerações tem sido brutal para a cidade de São Paulo. Não obstante sua industrialização ter ocorrido praticamente nos últimos cem anos, a cidade assiste agora a um franco processo de renovação de seu conteúdo geográfico ante a emergência de uma divisão do trabalho fundada na informação.

A RMSP, como explica Silva (2001), "refuncionaliza-se, transformando-se em grande centro urbano, [concentrando] atividades de produção, coleta, classificação e redistribuição de informações" (p. 36). Esta divisão do trabalho pautada na produção de informação, vale dizer, vai intensificar a posição da cidade de São Paulo na dianteira da rede urbana brasileira.

Silva (2001) destaca que a informação se tornou um recurso estratégico no período atual. Assim, destaca a autora que "particularmente as hegemônicas corporações globais, dependem de conhecimentos estratégicos para que possam criar, por meio daqueles lugares escolhidos, um cenário mundial de competitividade" (SILVA, 2005, p. 414). E, dentro desse contexto, São Paulo reúne vários fatores que corroboram para este cenário.

Assim, segundo Silva (2001), é possível dizer que na atualidade, São Paulo segue sendo o local de atração das novas dinâmicas, "cujo cerne do movimento reside na produção de informações" (p. 102). Ou seja, ainda de acordo com a autora, entre os anos de 1970 e 1990, principalmente, é quando a nova base produtivista é estabelecida no país, mas sobretudo na chamada Região Concentrada.

Silva (2005) verifica que, no ano de 1995, pouco mais de 50% do pessoal ocupado em "atividades técnicas, científicas e afins" no país, concentravam-se na região Sudeste. Neste mesmo ano, também, pouco mais de 50% deste pessoal concentrado nesta região, estava no estado de São Paulo.

Nesse sentido, o reordenamento das atividades produtivas, bem como também de sua matriz funcional, altera a forma de pensar e viver em grandes cidades, como São Paulo por exemplo. Como explica Silva (2001), "o grau de complexidade do mundo vivido cotidianamente toma uma nova dimensão quando habitamos cidades em cujo espaço

estão presentes grandes objetos, […] voltados à produção da racionalidade economica" (p. 147), como forma de responder muito mais às demandas globais.

De modo que, dirá Silva (2005, p. 414), "a volumosa produção e circulação de informações a partir de São Paulo pode ser apreendida como uma busca de […] conduzir o alargamento dos contextos da globalização na formação sócioespacial brasileira". Ainda de acordo com a autora, "a informação, nesse contexto, se define como um recurso estratégico, utilizado de forma seletiva e hierárquica" (idem), e que faz emergir novas funcionalidades à economia e ao território.

Como é o caso da logística, cuja concepção só alcança a importância que denota atualmente, pois, no período pós segunda guerra mundial, com os avanços tecnológicos obtidos, sobremaneira no que diz respeito a comunicação, foi assimilado ao setor corporativo. Nesse sentido, Castillo e Trevisan (2005), apontam para uma logística empresarial, cujo proposito é "fornecer insumos de inteligência para racionalizar os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação no espaço, garantindo maior eficácia, fluidez e competitividade às ações corporativas" (p. 207).

Assim, o uso de tecnologias da informação faz-se fundamental, sobretudo, às ações dos agente hegemônicos. Já que, ao passo que o espaço vai sendo dotado de novos objetos técnicos, capazes de oferecer a fluidez requerida pelo capital, ao mesmo tempo, introduz uma nova reorganização espacial.

Assim, Silva (2005, p. 415) aponta, que

> as atividades produtoras de informação, para efeito de classificação, podem ser agrupadas no denominado setor quartenário da economia[18], que envolve, por sua vez, os seguintes elementos:
>
> I. Produção e distribuição de informações
>
> • produção de conhecimento e invenção: laboratórios, consultorias, softwares etc.
>
> • distribuição e comunicação de informações: bases de dados, BBSs, rádios, Tvs, jornais etc.
>
> • Pesquisa e coordenação de mercados: marketing, publicidade, associações profissionais etc.

18 Lencione (2003), irá chamar este setor de *terciário superior*

II. Infra-estrutura da informação

- tratamento e transmissão de dados
- fabricação de bens informacionais

III. Suporte das atividades informacionais

- edifícios inteligentes, laboratórios, centrais de telecomunicações etc.

Fonte: (SILVA, 2001)

Diante a eminência e prevalência destas atividades sobre as demais, uma vez mais, reafirma o papel da cidade de São Paulo, enquanto centralidade da rede urbana na qual encontra-se inserida; assim, "recria-se o mundo por meio de poderosas imagens simbólicas, que incluem, crescentemente, a produção dos objetos técnicos informacionais na cidade" (SILVA, 2001, p. 148).

Nesse sentido, Pasti (2010), aponta que, São Paulo abriga tanto centros de decisão de empresas globais, como também, o comando das informações e das finanças. Assim, dirá o autor, "entre essas redes globais de finanças e informação encontra-se o mercado de capitais globalizado, que tem seu funcionamento hoje baseado na informação e na informática. São Paulo abriga atualmente o comando do mercado de capitais brasileiro" (p. 1)

Portanto, a concentração de atividades do setor quaternário, dar-se-á principalmente em localidades cujo território esteja apto, a fim de oferecer o maior nível de fluidez requerido para a expansão destas atividades. O papel do poder público, na instalação de novos objetos espaciais, capazes de garantir essa fluidez e, a sua vez, a competitividade desejada no cenário global, é fundamental. Entretanto, o protelamento das causas sociais persiste.

Capítulo 2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO

2.1 A CIDADE COMO TOTALIDADE

Arroyo (2008)[19], aponta que "é importante enxergar a cidade sempre como uma totalidade, […]. É preciso entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como lugar da própria vida, […] para além do trabalho e do consumo". De modo que a cidade não é um palco de representação das ações dos agentes hegemônicos, é antes mesmo o lugar que congrega em si a diversidade, e por isso contraditória; mas suas desigualdades, ao contrário, apresentam-se muito mais enquanto consequência do que o causa.

Assim, explica Arroyo (2008),

> É importante, outrossim, entendê-la como um totalidade dentro de outras duas totalidades – o mundo e a formação sócioespacial (nacional) – que, por sua vez, se expressam e se concretizam nela. […] sua espessura é maior à medida que aumenta o número de eventos e de agentes envolvidos. […] sintonizadas com o ritmo do mundo e do país, como resultado da presença da ciência, da tecnologia e da informação no meio geográfico, o que facilitam essa interdependência.

A localização de determinados objetos técnicos, influencia tanto nas relações pessoais, como também, em boa parte dos fluxos (material e imaterial), além de oferecer o elemento que unifica essa totalidade, que a sua vez, segundo Arroyo (2008), "se expressa pelo movimento de inúmeros fluxos de produtos, ideias, ordens, informação, dinheiro, excedente. Enfim, pela circulação. Assim, cada fração do território pode ser alcançada por uma ou várias fases de um ou vários circuitos de produção[20]".

Sendo assim, outra forma capaz de concebermos essa totalidade, expressa na cidade, ainda segundo a autora, "é por meio da análise dos dois circuitos da economia urbana que envolvem atividades e agentes com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia" (sendo estes dois circuitos caracterizados enquanto circuito inferior e circuito superior); conforme explica a autora: "O circuito superior e o inferior tem a mesma origem:

19 Artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*. ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos

20 Apesar de estarem interconectados, os circuitos da economia atuam com maior flexibilidade no mercado, já que suas atividades demandam baixo grau de tecnologia, enquanto que nos circuitos espaciais da produção, há a presença de uma atividade predominante, a qual seria o elo dessa solidariedade organizacional.

são resultados da modernização seletiva e incompleta que caracteriza a urbanização dos países subdesenvolvidos".

De acordo com Arroyo (2008), ambos circuitos "interagem e participam do movimento que se desenvolve dentro da mesma cidade"; o circuito inferior, é resultado da modernização seletiva, que

> não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado, porém com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. […] Ele ocupa bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos

e "dependem da aquisição de algum insumo ou ferramenta fornecida pelas empresas do circuito superior". Portanto, e segue a autora,

> a cidade como meio construído, é uma condição necessária da atividade econômica […]. Artérias, dutos e avenidas, que em tese estão disponíveis para o conjunto dos agentes da economia urbana, não servem igualmente a todos, pois estes são detentores de velocidades diferentes conforme o circuito (superior ou inferior) do qual participam. […] O poder público tem modelado o meio construído como principal responsável pela criação e manutenção das infraestruturas de transporte, energia, e telecomunicações, bem como a normatização do uso do solo.

Vale destacar que, embora a autora aponte a importância de se enxergar a cidade sempre como uma totalidade, na prática, as modernizações realizadas no território (incluindo formas e normas) ocorrem de forma seletiva, respondendo muito mais aos interesses de agentes economicamente privilegiados, que ao grosso da população (como buscaremos discutir na sequência do trabalho.

2.2 ESTADO, PLANEJAMENTO E OS INTERESSES CORPORATIVOS

O papel do planejamento é crucial na condução de projetos e políticas públicas. O Brasil, nesse sentido, é um país cujas bases da desigualdade sócioespacial subjaz sua formação, desigualdade esta que é observável em sua paisagem, graças, em grande medida, a condução e sobreposição de planejamentos que atenderam a interesses de poucos. Ao longo do século XX, as políticas de planejamentos mostraram-se bastante eficientes aos interesses hegemônicos, sobretudo no que se refere ao acúmulo e expansão do capital.

Como é possível verificar na foto abaixo (Foto 4), nota-se um grande número de casas auto-construídas, que neste caso, trata-se de uma das maiores Favelas do município de São Paulo, a Favela do Paraisópolis; e, logo ao fundo desta, podemos perceber suntuosas edificações de luxo e de alto padrão, contrastando e explicitando a desigualdade sócioespacial.

Foto 4 – A Favela do Paraisópolis e, ao fundo, edificações de alto padrão (2015)

Fonte: Portal UOL[21]

21 Na imagem é possível perceber a disparidade com que se dá o uso e ocupação do território, nesse caso, trata-se de uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, Paraisópolis, localizada a Zona Sul da cidade. Disponível em: fotografia.folha.uol.com.br/galerias/34296-paraisopolis, acessado em 20.11.2015

Nesse sentido, no Brasil, o processo de industrialização e o desenvolvimento das atividades terciárias, atraíram milhares de pessoas às grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Monte-Mór (2007), a centralização de recursos nas grandes cidades, não apenas aprofundaram as desigualdades regionais, senão que também contribuiu "para o agravamento dos problemas intra-urbanos decorrentes da rápida urbanização marginal brasileira" (p. 84).

O crescimento econômico, o adensamento populacional e a expansão da pobreza nas grandes cidades, como é o caso da capital paulista, remeterá algumas questões, tais como a maneira com que o poder público tem se articulado para amenizar tais contradições. Com o apogeu da produção cafeeira, seguido pelo processo de industrialização e, no período mais recente, a expansão das atividades produtoras de informação, a capital paulista passou de inóspito vilarejo a uma das mais expressivas capitais do mundo.

Neste contexto, a cidade de São Paulo se refuncionaliza para atender as novas demandas do capital. Assim, o capital monopolista, o grande poder econômico e político, exercerá pressão para que as políticas públicas sejam orientadas aos seus interesses. Aqui, cabe mencionar, a título de exemplo, as Grandes Operações Urbanas[22], que acabam ampliando as desigualdades no interior das cidades.

Dessa maneira, é possível aferir que a desigualdade sócioespacial e a pobreza, ambas derivam, em grande medida, de projetos e planejamentos alinhados diretamente ao discurso da modernização, ou mesmo de projetos e planejamentos envoltos pelo discurso de atender as necessidades básicas da população, mas que, em boa parte dos casos, encontram-se, na verdade, atrelados às demandas requeridas para expansão e acumulação de capital. Como destaca Cimadamore e Cattani (2007, p. 7), "a pobreza é o resultado da ação concreta de agentes e processos que atuam em contextos estruturais históricos de longo prazo".

Com o avanço da mancha urbana, cresce também a carência de prestação de serviços básicos, que, a priori, deveriam ser assegurados pelo poder público local (numa primeira instância). Assim, quanto mais afastado da zona cêntrica da cidade um indivíduo

22 Para a PMSP, as Operações Urbanas são ações que visam promover melhorias em regiões específicas da cidade, com regulamentação determinada, de modo a integrar ações do poder público e a iniciativa privada. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525, acessado em: 13.01.2016.

está, mais afastado estará dos principais serviços públicos (como rede de abastecimento de água, energia elétrica, saúde, etc.)

Portanto, dentro desse contexto, o agente que apresenta maior capacidade de responder aos anseios de toda a população seria o Estado, ainda que não o único (CATAIA, 2011); assim, o que ocorre, é que na maior parte das vezes este atua privilegiando os interesses do capital hegemônico (algo quase conjuntural na história nacional). Assim, como explica Silva (2001), "para as grandes cidades dos países do Terceiro Mundo a situação se torna ainda mais crítica quando o Estado, deliberadamente, vem a ser o grande mediador no processo que torna a cidade, cada vez mais, corporativa" (p. 177).

Nesse sentido, Carrasco (2014, p. 74) aponta que, "o processo de produção do espaço urbano se apresentaria também como meio específico para a realização da acumulação de capital, pois além de viabilizar tal acumulação, constituir-se-ia, simultaneamente, como meio de reprodução das relações de produção", ou seja, ao passo que novas formas vão sendo empregadas à paisagem urbana, novas relações sociais e de produção são também constituídas.

Assim, a seletividade com a qual são instaladas os objetos técnicos no território, com intuito de garantir a fluidez requerida para o avanço do grande capital, tem gerado desigualdades e muita pobreza, por todo o território nacional. Os efeitos destas ações, seguem expressas – e em prática – na realidade da metrópole paulista.

2.3 AS CIDADES E AS MODERNIZAÇÕES SELETIVAS NO TERRITÓRIO

O advento da industrialização alterou significativamente tanto as relações laborais, como a organização espacial; neste sentido, a localização de determinados objetos técnicos dispersos pelo espaço urbano, determinará quais tipos de relações poderão ser estabelecidas em cada lugar

Santos (2006, p. 219), ao discorrer a respeito da formação e diversidade das cidades, aponta que,

> […] Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos ela pode atrair e acolher multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias

> pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. (Idem)

Assim, evidenciamos que o processo de formação das cidades nos países subdesenvolvidos pautou-se pela criação de normas e materialidades capazes de responder, principalmente, às demandas do mercado estabelecido, muito mais que sua população local. *Materialidade* essa que, como aponta Kahil (2005), é "um *meio* material destinado a favorecer, dar suporte e mais permissividades às ações produtivas hegemônicas, característica das atividades econômicas que, mais que o Estado, comandam de fora a política no período atual." (p. 7198).

Destaca Silva (2001, p. 80) que,

> Nesta expansão seletiva dos investimentos, a base material do território impõe restrições a uma mobilidade generalizada e condiciona também os dinamismos (expansão e aprofundamento) de uma nova divisão do trabalho. […] Nos lugares em que os novos objetos técnicos se instalam altera-se a 'equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento do número de técnicos, administradores e de outros trabalhadores terciários'.

Assim, como também explica Silveira (2006, p. 1),

> [...] A imposição sem freio de formas e normas próprias de um novo sistema técnico e político observa-se na modernização da base material a qualquer custo, no comando da lógica financeira da produção material e imaterial, incluindo a política dos Estados, na ampliação dos consumos e da pobreza, na desvalorização do trabalho, no aumento dos controles.

De tal forma, é possível perceber que a velocidade das transformações espaciais, determina também quem poderá ser inserido nesse processo de modernização seletiva do território (ou não), seja no caso da América Latina, seja no caso brasileiro, como por exemplo São Paulo.

Como explica Cataia (2003, p. 398),

> Verdadeiras próteses foram sendo adicionadas ao território para torná-lo ortopédico às atividades humanas. […] Essas próteses, bem como as ações que as animam, são o resultado de várias modernizações que o território conhece […] e que são seletivas, não se impõem a todos os lugares.

Seguindo esta linha de raciocínio, o autor irá definir a noção de *território alienado*; este "diz respeito aos lugares que preparam seu território como todo um conjunto de obras e infra-estrutura e isenções fiscais no intuito de atrair investimentos, mas acabam por se transformar em reféns da política das empresas" (CATAIA, 2003, p. 402), uma vez que parecem ser as políticas empresariais as responsáveis pela condução de planejamentos e ademais atributos, antes exclusivos do poder público.

Como explica Monte-Mór (2007, p. 72),

> O desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, iniciado no período de substituição de importações e aguçado nas décadas de 1960 e 1970, criou os chamados "problemas urbanos" e com eles, a necessidade de buscar soluções nas propostas elaboradas nos países desenvolvidos.

Ainda segundo Monte-Mór (2007, p. 73), com relação às cidades, "as propostas urbanísticas se multiplicaram seguindo as diversas correntes estrangeiras, desde o modelo barroco nos meios mais conservadores até tentativas de cidades-jardim e núcleos industriais modernos". De modo que, as reais demandas deste processo, como moradia, acesso a água, etc. parecem nunca ter sido prioridade das autoridades ditas competentes.

Neste contexto, Vainer (2000) aponta que "entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário está o do chamado *Planejamento Estratégico.*" (p. 75). Conforme o autor, "o planejamento estratégico, segundo seus defensores deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas" (p. 76); assim, se no começo

> o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamento de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexo central a problemática da *competitividade urbana*. (VAINER, 2000, p. 76)

Assim, no atual contexto de globalização, diante de um cenário cuja modernização não se pretende ser completa (e por isso segregadora), o que se tem constantemente é um território o qual é equipado e normatizado com vistas a atender muito mais aos interesses corporativos que os interesses da maior parte da população, que é pobre, no caso brasileiro.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO NA ATUALIDADE: A SMDU

Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), criada pela Lei n. 14.879, de janeiro de 2009 e, reestruturada pela Lei n. 15.764, de maio de 2013, tem "o intuito de conduzir ações governamentais voltadas ao planejamento e desenvolvimento urbano do município[23]".

A criação desta secretaria mostra-se enquanto fruto direto da elaboração do Estatuto da Cidade, que além de gerar uma lei específica no que tange as políticas urbanas, regulamenta dois artigos da Constituição Federal; a lei em questão é a Lei n. 10.257, de julho de 2001 que, em 2003, serviu de precedente para a constituição de mais um ministério, o Ministério das Cidades.

Cabe dizer, também, que atualmente a estimativa[24] de população para o estado de São Paulo é de 44.396.484, neste sentido, também, estima-se[25] na capital paulista

23 Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/apresentacao/index.php?p=858, acessado em 01.07.2015

24 Dados publicados pelo IBGE, disponíveis em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp

25 Dados publicados pelo IBGE, disponíveis em: cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo, acessado em 23.11.2015

11.967.825 habitantes, ou seja, cerca de 27% da população paulista encontra-se concentrada na capital (este percentual aumenta consideravelmente se levarmos em conta a RMSP).

Dessa maneira, desde 2013[26], a SMDU tem desenvolvido uma plataforma na internet, a fim de interagir com a população no tocante a criação e elaboração de regras de uso e manutenção da cidade. Assim, e de acordo ao Marco Regulatório[27], publicado nesta plataforma,

> a Prefeitura do Município de São Paulo está revendo os instrumentos de planejamento urbano para organizar melhor os espaços da cidade. Esses instrumentos definem as regras para usarmos e ocuparmos os espaços da cidade e garantir, por exemplo, moradias perto dos empregos, serviços e equipamentos urbanos, bons espaços públicos, preservação do meio ambiente, moradias adequadas para todos, transporte coletivo de boa qualidade, entre outras coisas. A Prefeitura não pode definir o planejamento da cidade sozinha. Precisa ter a participação de todos os cidadãos e cidadãs nas fases de revisão:
>
> – do Plano Diretor Estratégico
> – da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
> – dos Planos Regionais Estratégicos
> – de Leis urbanísticas Específicas
> – do Código de Obras e Edificações
>
> Fonte: PMSP

Aqui, vale ressaltar, o objetivo principal do Plano Diretor é

> humanizar e reequilibrar São Paulo, aproximando moradia e emprego e enfrentando as desigualdades sócioterritoriais. Para atingir esses objetivos é necessário combater a terra ociosa, que não cumpre a função social; implantar política habitacional para quem precisa; valorizar o meio ambiente; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; qualificar a vida urbana na escala de bairro; promover o desenvolvimento econômico na cidade; preservar o patrimônio e valorizaras

26 Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/entenda/
27 Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/fases/, acessado em: 01.07.2015

> iniciativas culturais; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade.[28]

[29]Fonte: PMSP

Vale enfatizar que, embora a retórica dos documentos faça, menção a uma ampla participação popular e à busca por uma cidade mais justa, a realidade das ações praticadas nos revela como muitas vezes o poder público acaba corroborando interesses corporativos, ampliando as disparidades socioespaciais.

Nesta plataforma, é apresentado com destaque alguns projetos, como Arco do Futuro, Arco Tietê, OUC Água Branca e OUC Bairros Tamanduateí, estes inseridos na chamada "Macroárea de Estruturação Metropolitana*"*, a qual "define um território estratégico na relação de São Paulo com os demais municípios da metrópole"[30]

No tocante ao presente trabalho, vale destacar que, dentro desta Macroárea, também foi estabelecido um conjunto de incentivos fiscais (os quais discutiremos mais adiante) no intuito de atrair novos investimentos para a Zona Leste do Município. (os quais discutiremos mais adiante).

2.4.1 Zona Leste do Município de São Paulo: Primeiras Considerações

Tendo crescido em tão pouco tempo, São Paulo passou de vila e entreposto comercial a principal cidade da rede urbana brasileira. As diversas ações empreendidas sob solo paulista, com intensa participação do Estado e outros agentes da economia, fazem desta capital um caso particular na história do país. Com o advento da industrialização, surgem os bairros populares, localizados em áreas afastadas da região cêntrica e, portanto, desprovidas dos serviços básicos disponíveis na cidade.

---

28 Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-pde/, acessado em: 01.07.2015

29 Segundo informações disponíveis nesta Plataforma, esta Macroárea "caracteriza-se pela presença de atividades econômicas e espaços produtivos em processo de transformação [...] e de infraestruturas que articulam diferentes municípios e pólos de empregos da RMSP […] que se articula em torno de importantes eixos viários, ferroviários, rodoviários e das planícies fluviais dos Rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-estruturacao-metropolitana/, acessado em: 08.12.2015

30 Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-pde/, acessado em: 01.07.2015

Na figura a seguir (Figura 2), é possível identificar a localização da região leste da capital paulista:

Figura 2 – Município de São Paulo e regiões / Zona Leste

Fonte: Portal CET/SP[31] / Zonalestedesp[32] - *(com adaptações)*

Penna e Ferreira (2014), apontam que "a cidade é a expressão da produção social, da dinâmica de transformação e uso do território e dos recursos naturais, na realidade em que vivemos." (p. 27), ou seja, a cidade é resultado da interação e relações praticadas por diversos agentes da sociedade, e sua configuração territorial refletirá as contradições sociais, fruto das ações de interesses privados em detrimento dos interesses da população mais carente.

Dentro desse contexto e, de acordo com Rolnik e Frugóli Jr. (2001), durante a década de 1960 é iniciada a obra de um dos principais (ainda na atualidade), eixos de conexão entre a zona oeste e a zona leste, a então Radial Leste; na década seguinte, pelo caminho trilhado para abertura daquela via, inicia-se também a implantação do ramal leste do metrô, que na atualidade liga as estações Corinthians-Itaquera (leste) à Palmeiras – Barra-

31 Disponível em: www.cetsp.com.br/util/img/img_mapTransito.png, aessado em: 08.12.2015
32 Disponível em: www.zonalestedesp.com.br/mapa-da-zona-leste-de-sao-paulo/, acessado em: 23.11.2015

Funda (oeste) (Linha 3 - vermelha), além de possuir, também, outras duas linhas de trens, Linha 11 – Coral e Linha 12 – Safira.

A seguir (Foto 5), podemos observar a Avenida Radial Leste e, ao lado, as linhas do metrô da Linha 3.

Foto 5 – Avenida Radial Leste (ao lado da linha de metrô - leste-oeste) década de 1970

Fonte: Portal UOL[33]

Conforme Rolnik e Frugóli Jr. (2001, p. 45), "durante décadas a região foi se urbanizando progressivamente, acompanhando o crescimento acelerado da população

33 Disponível em: guia.uol.com.br/album/2012/12/13/exposicao-no-tatuape-busca-novo-olhar-sobre-a-zona-leste-de-sao-paulo.htm?abrefoto=3

paulistana, com os maiores índices de crescimento demográfico do município, notadamente da população de baixa renda".

D'Andrea (2012) destaca que, sob regime ditatorial, durante a década de 1980, com vistas à crescente demanda por habitação na região leste da cidade, foi inaugurado o primeiro conjunto habitacional, "a Cohab José Bonifácio" (Foto 6).

Foto 6 – COHAB José Bonifácio (2013)

Fonte: Portal Panoramio[34]

Vale dizer que esta disparidade na oferta de bens e serviços acaba possibilitando a ação de agentes como os especuladores imobiliários, que apostam "na valorização dos vazios urbanos entre uma e outra região." (idem).

34 Disponível em: www.panoramio.com/photo/94025878

Diante da construção desses conjuntos habitacionais, poderíamos inferir que, já na década em que foram iniciadas suas obras, o grande contingente populacional existente na região leste da cidade, como mostra tabela abaixo (Tabela 2), já enfrentava problemas relativos à carência habitacional da cidade.

Tabela 2. Dados recenseados do Município de São Paulo, nos anos 1980,1991, 2000 e 2010

População Recenseada
Município de São Paulo e Regiões
1980, 1991, 2000 e 2010

Unidades Territoriais	Anos			
	1980	1991	2000	2010
LESTE	2.877.590	3.465.397	3.835.354	3.998.237
SUL	2.317.588	2.772.187	3.211.818	3.586.020
NORTE	1.788.422	1.947.435	2.092.360	2.214.654
OESTE	983.455	1.002.489	920.806	1.023.486
CENTRO	526.170	458.677	373.914	431.106
MSP	**8.493.225**	**9.646.185**	**10.434.252**	**11.253.503**

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010
Elaboração: SMDU/Deinfo (com adaptações)

Fonte: SDMU *(com adaptações)*[35]

De acordo com os dados apresentado, também, outro ponto importante que cabe destacar, é o crescimento vertiginoso da população da cidade, e, mesmo, o florescimento de regiões mais adensadas que outras. Como dito anteriormente, já na década de 1980, quando iniciadas as obras do COHAB, o número de população estabelecida na Zona Leste já era o maior, além disso, essa mesma tendência se repetiu em todos os períodos apresentados, (seguidos pela Zona Sul).

Outro dado importante, é que o adensamento apresentado é algo ainda presente nesta região (cuja área é de aproximadamente 326,8 km²[36]); neste sentido, parte das demandas, criadas já ao início do processo de formação sócio espacial, ainda são questões às quais se tem buscado respostas. Ao passo que o contingente populacional aumentou, tal como

35 Disponível em: infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_e_taxas_de_crescime_1980_702.html
36 Disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Cartilha-Zona-Leste.pdf

o processo histórico tem demonstrado, cresceu também as necessidades e demanda por serviços públicos.

Assim, segundo Rolnik e Frugóli Jr. (2001, p. 46), "um a um, todos os indicadores apontam a sobreposição de fatores de exclusão nas extremas periferias Leste da cidade – como a baixa escolaridade, a precariedade das condições habitacionais, a alta mortalidade infantil, os altos índices de homicídios".

Como descreve André (2009, p. 26),

> Do Itaim e São Miguel Paulista, pela monumentalidade da Avenida Jacú Pêssego, quase na divisa com o município conurbado de Guarulhos, é possível observar uma extensa área residencial de casas populares e autoconstruídas, uma malha de casas de madeira que se misturam com casas de alvenaria, margeando o Parque Ecológico e o centro comercial da área, onde estão os bancos, os mercados e hipermercados, as lojas de eletrodomésticos e os vendedores de mercadorias *piratas*.

Segue o autor dizendo que, "enquanto o entorno de São Miguel é formado por residências populares autoconstruídas, muitas das quais são residências muito precárias, Itaquera tem uma paisagem diferente, com maior densidade de infraestrutura e serviços públicos entre os bairros pobres da zona leste"; além disso, de acordo com o autor, Itaquera encontra-se formada, sobretudo, "por uma extensão de conjuntos habitacionais verticalizados" (p. 27), que vai desde o bairro Arthur Alvim até a Cidade Tiradentes.

Assim, com a chegada do metrô e dos conjuntos habitacionais, ocorreram profundas alterações na paisagem urbana, nesta porção da cidade. Na atualidade, vários projetos foram pensados e, em alguns casos praticados nesta região da cidade; no entanto, a alternância dos gestores à frente da prefeitura, naturalmente, tem interferido diretamente na condução e mesmo manutenção de alguns destes.

Na atual gestão (na cidade de São Paulo), conforme dito anteriormente, é levado a cabo um novo PDE. Dentro deste encontram-se algumas propostas para alcançar os objetivos elencados. Entre as ações propostas temos o *Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo* que, como

havíamos salientado anteriormente, ao lango de três gestões é que temos este programa pautado dentre as políticas pensadas para esta zona.

Capítulo 3. NORMAS E OS USOS DO TERRITÓRIO

3.1 O TERRITÓRIO NORMADO E O TERRITÓRIO COMO NORMA

Conforme já vimos, a condução de planos e projetos em nível nacional, respondendo sobremaneira aos interesses da elite cafeeira, no fim do séc. XIX e início do XX, foram fundamentais para que a cidade de São Paulo tomasse a dianteira no processo de industrialização, bem como na criação de outros projetos que visassem a integração do território nacional,atendendo aos interesses de determinados grupos.

Nesse sentido, a organização do território, ocorre, em grande medida, pelo estabelecimento de normas. A configuração territorial, por sua vez, demandará novas normas e implicará nas ações e usos do território. "No que tange à normatização pelas ações, Milton Santos fala em território normado; no que concerne à configuração territorial produtora de normas, em território como norma (ANTAS JR., 2005, p.60)

Para Antas Jr. (2005, p. 62), a "organização territorial das empresas (para realizar a produção e a circulação das mercadorias) é estruturadora de normas, as quais regulam comportamentos de parte de uma metrópole, de uma cidade inteira ou mesmo de regiões extensas". De modo que, a criação de normas encontrar-se-ia concomitante às formas de uso, ocupação e regulação do território.

Percebe-se portanto, que quanto maior o grau de incremento técnico enquanto forma de organização e planejamento, maior será também a regulação estabelecida no território. Entretanto, ao passo que esses objetos técnicos possuem um maior grau de tecnologia, aumenta seu grau de regulação, que na atualidade não é mais exclusividade do poder público (mas que segue sendo fundamental sua atuação.); justamente o que Cataia (2003) define enquanto território alienado.

Isso implica dizer, segundo Antas Jr. (2005), e como havíamos pontuado anteriormente, que o território nacional conforma-se enquanto base para a criação e aplicação de regras, sobretudo por parte do Estado, de modo a alterar substancialmente todas as formas de relação praticadas e, principalmente as que serão praticadas naquele. Bem como, também, ainda de acordo com o autor (2005, p. 208),

> grandes grupos corporativos estão participando ativamente da regulação social, num estágio inédito do poder que representam, e quer nos parecer que o modo e a intensidade como conseguem agir no território brasileiro ainda não se aplica a todas as formações sócioespaciais, mas certamente constituem um importante ambiente de experimentação.

Como nos explica Santos (1996), “o universal é o Mundo como Norma, uma situação não-espacial, mas que cria e recria espaços locais; o particular é dado pelo país, isto é, o território normado; e o individual é o lugar, o território como norma.” (p. 230). Assim, “no caso do Mundo, a forma é sobretudo norma, no caso do Lugar a norma é sobretudo forma.” (Idem).

De tal modo, a organização territorial praticada, tende muito mais a responder aos interesses do mercado, gerando aquilo que Milton Santos (1994), de acordo a citação de Silva (2001), chama de “guerra dos lugares”, conforme explica a autora, são “vários estados da federação que se submetem às chantagens das grandes empresas para implantarem novos investimentos” (p. 76) . A densidade e qualidade técnica difusa em um determinada porção do território, condiciona as relações existentes e, mais do que isso, condicionam quais tipos de relações serão, ou não, possíveis ali.

Assim, o papel do poder público é crucial para a condução dos planejamentos em voga, ainda que seletivos. Tal seletividade dar-se-á, sobretudo, a partir do grau de tecnicização e normatização que há sobre determinada porção do território.

3.2 GENESE E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Com o discurso de promover o desenvolvimento econômico e social nacional, em julho de 2001 aprova-se a Lei Federal 10.257, que dá origem ao Estatuto da Cidade; cuja principal ação é regular dois artigos da Constituição Federal, visando oferecer aos municípios ferramentas para gestão de suas próprias políticas urbanas. Assim, no ano seguinte, em São Paulo, é decretada a Lei 13.430, a qual, em acordo ao Estatuto da Cidade, institui um dos primeiros Planos Diretores do país.

Em consonância a este plano diretor, é que em maio de 2004, é criada a Lei n. 13.833, que institui, portanto, a criação do *Programa de Incentivos Seletivos para a área leste do Município de São Paulo*, o qual, segundo informações publicadas no Portal FVP[37], não conseguiu atrair nenhum novo investimento à região; ainda segundo nota, "apenas atendeu cinco indústrias, que já estavam instaladas e foram beneficiadas com o incentivo pelos novos investimentos realizados à época".

Em dezembro de 2007, já sob nova gestão, a PMSP aprova a Lei n. 14.654 que, com nova denominação, cria o *Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo*, que além da mudança no nome, altera também a abrangência territorial da ação pretendida, então em janeiro de 2009, através da Lei n. 14.888[38], o programa que inicialmente delimitava 5 áreas incentivadas, passando a compor agora 14 áreas no total.

Neste contexto, em julho de 2011, já com vistas à instalação do estádio que sediou a abertura dos jogos da Copa de 2014, o "Itaquerão", foi criada a Lei n. 15.413, a qual *Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a construção de estádio na Zona Leste do Município*, tendo sido especificamente realizada para este evento. Para tanto, foram emitidos Certificados de Incentivos ao Desenvolvimento (CID) que, em termos gerais, são documentos com validade monetária, emitidos pelo poder público em nome do investidor, com os quais determinados tributos fiscais podem ser quitados (além de poderem ser negociados posteriormente), após a conclusão do investimento[39].

Em dezembro de 2013, sob outra gestão, é criada a Lei 15.931 que institui o *Programa de Incentivos Seletivos para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo*, o qual, buscará, também através de incentivos fiscais, fomentar a instalação de determinados tipos de empresas e atrair prestadores de serviços específicos, sob

37 Nota publicada no Folha Vila Prudente Online – Disponível em: www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1569:incentivos-fiscais-para-a-zona-leste-mais-do-mesmo-ou-mais-de-menos&catid=94:artigos&Itemid=162

38 Esta lei, segundo texto publicado, altera alguns dispositivos da Lei n. 14.654/07, que dispõe sobre o programa de incentivos fiscais para a Zona Leste da cidade de São Paulo; suas principais alterações, se deram quanto ao acréscimo de outras áreas ao perímetro de ação do programa.

39 Segundo nota publicada na seção Esporte, da página UOL, a única empresa que tem adquirido estas CID's, tem sido a própria construtora do estádio, a Odebrecht; juntamente com seus sócios. E, ainda segundo esta nota, a construtora pretende utilizar estes certificados para pagamento de impostos em outra obra, também na cidade de São Paulo, entre outros. Disponível em: esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/08/28/odebrecht-compra-mais-r-35-milhoes-em-cids-da-arena-corinthians.htm, acessado em: 16.11.2015

o discurso de desenvolver a região e de atrair novos postos de empregos para a população local.

> O Programa de Incentivos Fiscais para Prestadores de Serviços da Zona Leste foi criado visando incentivar a instalação de empresas que propiciem a geração de empregos na região incentivada. […] São 14 áreas de incentivo determinadas pela Lei, que incluem basicamente, a região ao redor do Estádio Itaquerão, o entorno da Avenida Jacú-Pêssego, Nova Trabalhadores e as adjacências da linha 12 (Safira) da CPTM.[40]

Na primeira edição do programa (2004), a área delimitada para incentivos fiscais compreendia poucas áreas, todas entrepostas em apenas um parágrafo, o § 1°, da Lei n. 13.833/04; já a partir da lei sucessora (Lei n. 14.654/07), ademais de haver tido acréscimo à área incentivada, conforme dito anteriormente, houve também um reagrupamento desta em 14 áreas **(Anexo I)** dispostas entre os bairros de Itaquera, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Taim Paulista, Guaianazes, Cidade Tiradentes e São Mateus. Divisão esta que, aparentemente, é mantida na versão atual deste programa de incentivos (Lei n. 15.931/13), visto que o número de áreas incentivadas nesta última permaneceu igual.

No que diz respeito ao tempo de duração deste programa, também ocorreram transformações no sentido de ampliar o período de vigência dos incentivos oferecidos. Nas duas primeiras versões do programa, o período de legibilidade dos incentivos oferecido era de 10 anos, a contar da data de publicação da referida lei. Nesse sentido, a última versão deste programa declara em 25 anos, o período de vigência do mesmo, também a contar de quando publicada .

O período, portanto, em que cada investidor estará amparado pelos incentivos fiscais oferecidos, dependerá da data de aprovação da referida lei e inclusão do mesmo ao programa.

Com relação aos incentivos oferecidos, na primeira versão do programa (2004), eram oferecidas isenções diretas *"do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI-IV e Imposto Sobre Serviços*

40 Nota publicada no Portal PMSP – Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/noticias/?p=16169

de Qualquer Natureza – ISS, sobre serviços de construção civil, referentes ao imóvel objeto de investimento" (§ 1°, Art. 2°, Lei n. 13.833/04), mediante a emissão de Certificados de Incentivos ao Desenvolvimento – CID, pelo Poder Executivo.

Sua emissão, neste caso, estaria condicionada ao o valor de investimento na "*geração e manutenção de empregos, implantação, expansão ou modernização de empresa ou de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços*" (§ 2°, do Art. 2°, Lei n. 13.833/04), dentro da área incentivada. Cujo montante invertido em investimentos deve ser igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Na lei de 2007, os CID são mantidos, assim, são emitidos em nome do investidor, após a conclusão do investimento, cuja porcentagem do incentivo dependerá da soma do valor investido, ou seja, no caso do investimento ser inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o percentual em incentivo será diferente no caso de um investimento superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Em ambos os casos, o período de validade dos CID são de 5 (cinco) anos.

No primeiro caso, é permitida a negociação destes certificados entre pessoas jurídicas, também localizada na área incentivada. Já no caso seguinte, fica permitida também a transferência de titularidade, conforme regras estipuladas.

Na lei mais atual (Lei n. 15.931/2013), a modalidade de CID deixar de existir. Ou seja, os incentivos oferecidos se dão apenas na forma de isenção integral e/ou parcial de alguns tributos, como IPTU, ITBI-IV e ISS. Conforme quadro seguinte (Quadro 1)

Quadro 1 – Benefícios oferecidos às empresas (que aderirem ao Programa de Incentivos Fiscais)

Impostos	Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	ISS nos serviços de construção civil
Benefícios	100% de redução	Até 60% de redução(até o mínimo constitucional de 2%)	100% de redução do imposto	100% de redução no imposto
Período de duração do benefício	20 anos a partir da homologação	20 anos a partir da homologação	Ocorre no momento da transação (1)	Ocorre no momento da transação (2)

(1) Na aquisição de imóvel pelo contribuinte incentivado, ocorrida após a homologação da declaração de adesão.

(2) Para obras iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da homologação da declaração de adesão.

Fonte: Cartilha Programa de Incentivos para Prestadores de Serviços na Zona Leste[41]

Ainda em relação à primeira versão do Programa, para os efeitos daquela lei, investidor "*é a pessoa jurídica cuja atividade econômica pertença ao setor industrial, comercial ou de prestação de serviços domiciliada no Município de São Paulo*" (§ 3°, Art. 2°, idem). Já na lei seguinte, tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas, são tomadas enquanto investidores. No caso da lei atual, no entanto, esta encontra-se direcionada apenas a prestadores de serviços especificados, em todas aquelas áreas incentivadas[42].

Nesse sentido, de acordo com a lei atual (2013), são prestadores de serviços aqueles cujos serviços prestados são:

- Serviços de informática e congêneres;

41 Disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Cartilha-Zona-Leste.pdf

42 Vale dizer, também, que mesmo com a criação de nova lei, os efeitos da lei anterior seguiam vigente, conforme acordado.

- Serviços de saúde, assistência médica e congêneres;
- Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres;
- Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;
- Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza;
- Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flats, aparthotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço;
- Distribuição de bens de terceiros;
- Exibições cinematográficas;
- Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia;
- Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto;
- Recauchutagem ou regeneração de pneus;
- Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer;
- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos (inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido);
- Alfaiataria e costura;
- Tinturaria e lavanderia;
- Carpintaria e serralheria;
- Resposta audível (centrais de “call center” e telemarketing).

Fonte: PMSP

Vale ressaltar que, estes serviços, encontram-se em consonância ao disposto no Art. 1° da Lei n. 13.071/04, bem como da Instrução Normativa n. 3/2004[43], (conforme exposto no Art. 2° da atual lei [2013] que rege o programa de incentivos fiscais).

Nesse sentido, de acordo com a publicação no site da PMSP[44], as condições mínimas a serem apresentadas e comprovadas, a fim de aderir ao programa, são:

A) estar estabelecido na região incentivada;

43 Disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/legislacao/IN-SF-Surem-03-2014.pdf, acessado em: 28.11.2015

44 Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/servicos/zonaleste/index.php?p=14206, acessado em: 25.11.2015

> B) exercer ao menos uma das atividades incentivadas;
>
> C) possuir inscrições atualizadas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e no Cadastro Imobiliário Fiscal, relativamente ao imóvel ocupado pela atividade de prestação dos serviços incentivados;
>
> D) não possuir registro no Cadastro Informativo Municipal (CADIN Municipal)[45] e;
>
> E) iniciar a prestação dos serviços incentivados em até 3 (três) anos a partir da data da homologação da DPI (Declaração de Adesão ao Programa de Incentivos Fiscais).
>
> Fonte: PMSP

O mesmo ocorre àquelas empresas que já encontram-se em atividade nesta região. Conforme instruções publicadas na *Cartilha do Programa*[46], os prestadores de serviços cujas atividades atendam aos pré requisitos da lei, e que já estejam exercendo suas atividades em localidade dentro da região que recebe o incentivo, deverão também: comprovar ter sua empresa regularmente cadastrada na prefeitura; não apresentar pendências no CADIN (imóvel e empresa), bem como outros procedimentos para se ter acesso à página virtual, com maiores especificidades do programa.

Nesse sentido, o acesso a esta página virtual[47], serve tanto para aqueles que tem interesse em realizar novos empreendimentos na Zona Leste (dentro da área incentivada), como àqueles que já encontram-se localizados nesta, e que também tem interesse em aderir ao programa. Para tanto, a adesão é realizada mediante o cadastro na página do programa, onde o prestador de serviços deverá apresentar as seguintes informações:

- Senha Web ou Certificado Digital;
- CNPJ do estabelecimento ou CPF do requerente;
- Dados para contato do representante da empresa (nome, email, telefone);
- Dados dos Sócios e Diretores da empresa (nome e CPF);

45 CADIN Municipal: registra as pendencias de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indiretamente do Município de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/servicos/cadin/index.php?p=19169

46 Disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Cartilha-Zona-Leste.pdf

47 www.prefeitura.sp.gov.br/zonaleste

> • Dados dos representantes Legais da empresa (nome e CPF) – se diferente dos Sócios e Diretores;
>
> • CCM, Endereço e Razão Social do estabelecimento a ser cadastrado - nos casos dos prestadores de serviços incentivados e já estejam exercendo atividade;
>
> • % a área construída do imóvel a ser ocupada pela atividade incentivada – para requisição de isenção de IPTU.
>
> Fonte: PMSP

Dessa maneira, ademais de ser pré requisito para adesão ao programa, esta página virtual é o meio pelo qual os prestadores de serviços, atendidos pelo programa de incentivos fiscais, deverão elaborar declarações semestrais contendo informações específicas do estabelecimento incentivado, como receitas brutas, número de empregados, despesas com o imóvel, e etc. Assim, no caso da não entrega destas declarações em prazo pré-determinado, o prestador de serviços é suspendo e, no caso de reincidência, o prestador é excluído do programa.

3.3 ALGUNS RESULTADOS DO PROGRAMA NA ATUALIDADE

No intuito de apresentar alguns dos resultados deste programa, em decorrência do contato realizado com a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Economico - SFDE[48], foi possível termos acesso a uma lista das empresas que aderiram ao programa de incentivos **(Anexo II)**, na qual contém: CNPJ; Razão Social; Data de adesão ao programa; Data de exclusão do programa e; Situação no programa[49]

Nesse sentido, de acordo a referida lista, constam onze nomes de empresas atendidas pelo programa de incentivos fiscais, das quais uma empresa encontra-se suspensa e a outra excluída, o que resulta em nove estabelecimentos ativos funcionando baixo as normativas estipuladas pelo programa.

Assim, dentre as nove empresas ativas no programa, duas atuam no ramo de *contact center*, são elas: *"Vikstar Contact Center AS"* e *"Flex Contact Center S.A."*; no

48 Com a atenção do Sr. Arlinton Nakazawa, Chefe de Gabinete desta secretaria,

49 Pelas informações apresentadas, não fica claro se estas empresas fazem parte apenas do Programa atual ou se estão considerados também os programas anteriores, ainda que nas versões da lei de 2007 e 2013, ambas destacam que os efeitos dos programas anteriores são mantidos em sua versão atual.

primeiro caso, segundo informações em seu próprio site[50], só na capital paulista são três estabelecimentos, todos localizados à zona leste da cidade, sendo um apenas o que recebe incentivos. Ademais, conta com filial em Londrina, Paraná e na capital do Estado do Piauí, em Teresina.

No segundo caso, trata-se, talvez, da primeira empresa que tenha sido beneficiada pelo programa em sua verão mais atual. Segundo publicação no site da PMSP[51], a adesão da empresa de telemarketing Flex Contact Center ao programa, "marca os primeiros resultados [do] Programa de Incentivos à região". Ademais desta empresa, ainda segundo nota, "outras cinco empresas já aderiram ao Programa de incentivos da Zona Leste, garantindo juntas a criação de 6.145 empregos.

Considerando as demais sete empresas ativas que fazem parte deste programa, temos um colégio, *"Colégio Sol Nascente Ltda. ME"*; uma clínica especializada, *"Clínica e Nefrologia Leste Ltda."*, uma empresa no ramo de hotelaria, *"JLT – Empreendimentos Hoteleiros e Participações Ltda. - EPP"*, outra que atua em instalação e manutenção de TV a cabo, *"SPS Instalação e Manutenção de TV a Cabo Ltda. EPP"* , ainda, uma industria de plástico, *"ITP Pack Industria Com. Imp. Exp. e Representações Ltda."* e, por fim, duas empresas do ramo de telemática, *"Telemática Sistemas Inteligentes Ltda."* e *"Icatel – Telemática Serviços e Comércio Ltda"*.

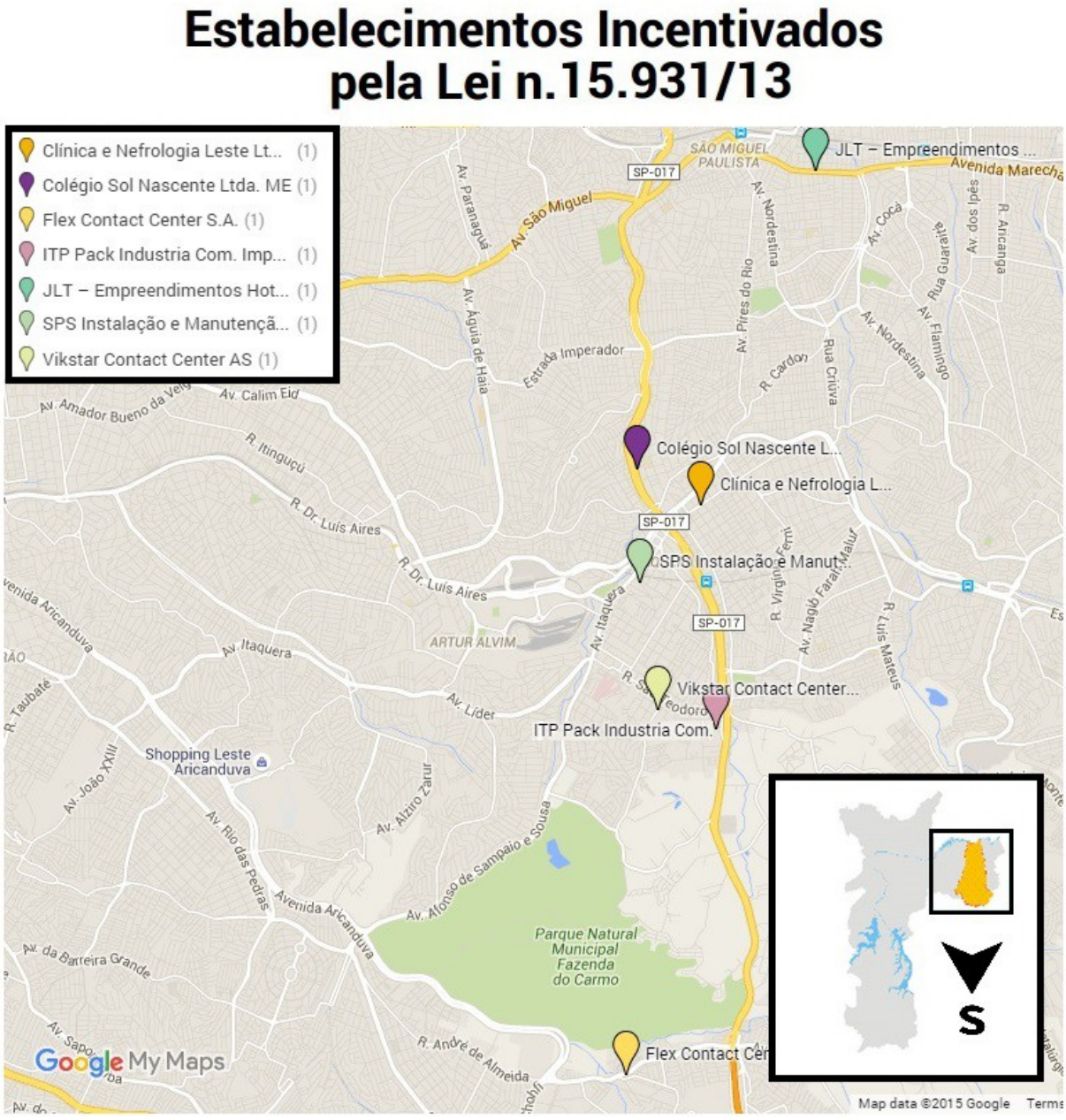
No caso destas duas últimas empresas, de acordo com informações disponíveis em seus websites, o endereço que localiza ambas ademais de tratar-se do mesmo, não encontram-se localizados à zona leste da cidade de São Paulo. Nesse sentido, a seguir, apresentamos uma figura com a localização de sete, dos nove estabelecimentos ativos dentro do programa (Figura 4).[52]

50 Disponível em: www.vikstar.com.br/, acessado em: 24.11.2015

51 Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/noticias/?p=16169, acessado em: 03.12.2015

52 Os endereços de cada estabelecimento, foram obtidos por meio de busca na internet. Alguns destes estabelecimento, inclusive, dispunham de *website* próprio.

Figura 3 – Estabelecimentos ativos na Região Incentivada no Programa de Incentivos Fiscais para Prestadores de Serviços da Zona Leste



Fonte: Google My Maps *(elaboração própria)* / Fonte dados: SFDE-PMSP

Nesse sentido, podemos verificar que, apesar de contar com uma área incentivada de mais de 24 milhões de metros quadrados, é perceptível a concentração destes estabelecimentos nas proximidades da Av. Jacú-Pêssego que, como vimos anteriormente, trata-se um dos principais corredores viários da cidade de São Paulo.

Considerando o número de empresas incentivadas, um colaborador do J*ornal Folha Vila Prudente OnLine*, aponta que

> O famoso Plano de Incentivos Fiscais para a Zona Leste de São Paulo serve de novo à propaganda de mais um governo municipal e Haddad percorre o caminho escolhido por Marta Suplicy, e Kassab, seus antecessores. […] A fórmula é sempre a mesma, ofertar incentivos para que as empresas se instalem na região e utilizem a mão de obra local evitando o êxodo diário. A lei, que existe desde 2004, não conseguiu atrair nenhuma empresa e apenas atendeu cinco indústrias, que já estavam instaladas e foram beneficiadas com o incentivo pelos novos investimentos realizados à época[53].

Desta forma, o nível de atração demonstrado parece ser bastante insuficiente para a demanda de empregos que há na região. Segundo nota publicada em maio deste ano[54], atualmente cerca de 35% da população paulistana vive na Zona Leste de São Paulo, de contrapartida, a região gera apenas 16% dos empregos da cidade. Ou seja, mesmo após mais de dez anos desde a primeira edição da lei, em 2004, é possível que as reais necessidades da sociedade local, estejam distantes de terem revertida tal condição.

53 Ricardo Martins, publicado em 27 de setembro de 2013, no Folha VP On-line, disponível em: www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1569:incentivos-fiscais-para-a-zona-leste-mais-do-mesmo-ou-mais-de-menos&catid=94:artigos&Itemid=162, acessado em 08.12.2015

54 Disponível em: economia.terra.com.br/vida-de-empresario/estadio-aquece-economia-de-itaquera-mas-menos-que-esperado,e7b063f896a65eefc385df54744efc512048RCRD.html, acessado em: 16.11.2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do século XIX para o século XX foi, sem dúvida, marcante na história do país, bem como na formação do estado e da cidade de São Paulo. Durante esse período, a produção de café, após haver alterado a paisagem do estado do Rio de Janeiro, avançou com força sobre solo paulista.

Neste contexto, o incremento de novas técnicas, a fim de aumentar a produção desta cultura, em alguns casos, requeria um certo tipo de mão de obra mais especializado. Dessa maneira, o avanço da produção de café sobre o estado de São Paulo e o uso de mão de obra assalariada-livre, remeteriam a alguns problemas pré-existentes e inerentes ao processo de constituição da formação sócioespacial brasileira, como o aumento da demanda por habitação e demais serviços públicos.

A chegada de milhares de imigrantes europeus a terras paulistas, acirrou ainda mais as contradições sociais existentes à época. No entanto, a participação destes na lavoura de café e, também, no início do processo de industrialização, foi de fato importante, pois traziam consigo um conhecimento técnico adquirido nos seus países de origem.

Somado a isso, temos, também, o início das instalações de estradas férreas, cujo objetivo principal era o de dinamizar o escoamento da produção do campo para sua exportação a partir dos principais portos do país, localizados na cidades do Rio de Janeiro e Santos (esta última, no litoral paulista). Este fato impulsionou a formação de vários núcleos urbanos ao longo das vias férreas, como a Central do Brasil e a São Paulo Railway. Esta última, a sua vez, foi de suma importância para a acumulação de capital dentro do estado de São Paulo.

Assim, com a crescente concentração populacional na cidade de São Paulo, já nas primeiras décadas do século XX, o aumento de doenças infecciosas, advindas, principalmente, da falta de saneamento básico nas áreas mais populares, serviu de pretexto ao poder público para realizar parcerias com empresários e, sob o discurso de resolver a falta de moradia e demais problemas urbanos da época, iniciaram a construção das chamadas vilas operárias.

No começo, estas vilas eram construídas e destinadas a trabalhadores de

uma determinada empresa, no entanto, tal feito incorreu que moradias desse tipo, não necessariamente com aquela parceria, fossem construídas e, em seguida, fossem dispostas à venda e/ou locação; entretanto, os valores não eram tão acessíveis. A sua vez, também, a arquitetura com que eram erguidas estas moradias, diferenciava bastante daquilo que boa parte da população local estava habituada.

Como vimos, a seletividade com a qual eram instalados novos objetos técnicos no território, aprofundavam, ainda mais, as desigualdades sócioespaciais. Nesse sentido, com o avanço das forças produtivas industriais, paulatinamente reforçava-se tanto a importância, como a participação do estado e da cidade de São Paulo na formação sócioespacial brasileira. Durante momentos de guerras e crises, internas e externas, foi o pátio industrial paulista que, mesmo limitado, pôde prover uma parte importante das necessidades do resto do país, o que, também, impulsionou a concentração industrial neste estado da federação.

O advento da ditadura militar, em 1964, foi outro fato importante para consolidação de São Paulo a frente da ampliação do mercado nacional, visto que, boa parte das ações perpetradas durante este período, abriram a economia do país para o capital estrangeiro, sobretudo estadunidense. Neste momento, São Paulo concentrava em seu território, além de um importante parque industrial, vias férreas, rodovias, bem como boa parte do mercado consumidor do país.

Nesse sentido, podemos salientar a preponderância delegada aos planos e planejamentos, pois, como destaca Santos(1990), “metrópole de um país subdesenvolvido industrializado, São Paulo é, certamente, o melhor exemplo, no Terceiro Mundo, de uma situação de *modernidade incompleta*. […] Tudo o que há de mais moderno pode aí ser encontrado, ao lado das carências mais gritantes” (p. 13).

O intenso processo de modernização seletivo, configurou o território de modo a responder às demandas de mercado (principalmente às do mercado externo), sobrepondo, assim, as reais demandas locais de sua crescente população. De tal modo que, com o avanço da mancha urbana, aumentou também a carência de prestação de serviços básicos, que já eram insuficientes, mas que, a priori, deveriam ser assegurados pelo poder público local (numa primeira instância).

É dentro desse contexto, também, que temos inserida a Zona Leste do

Município de São Paulo. Região esta que, como vimos, abrigou algumas das primeiras concentrações urbanas e, também, algumas indústrias da capital paulista. É justamente neste compartimento do território, onde atualmente encontra-se o maior contingente populacional do município de São Paulo. Isso significa dizer que, diariamente, milhares de pessoas deslocam-se de suas residências para o trabalho, pois, como apontamos, a criação de empregos nesta região não consegue responder às demandas atuais.

Verificamos, também, que nesta região, ao longo do ano de 1960, foram iniciadas importantes obras viárias, como é o caso, por exemplo, da Avenida Radial Leste; esta, já à época, destacava-se como um dos mais importantes eixos de ligação da zona leste com a zona oeste da capital. Condição que persiste na atualidade.

Na década seguinte, outro aporte importante à região foi a construção da atual Linha 2 – vermelha, do metrô, construída ao longo daquela via (Radial Leste), que liga a estação *Palmeiras Barra Funda*, na zona oeste, à estação Corinthians-Itaquera, na zona leste. Já em 1980, outra obra importante foi a construção de grandes conjuntos habitacionais; os COHAB's postulavam-se com a intenção de minimizar a falta de habitação e as desigualdades sócioespaciais verificadas ao longo da formação da cidade de São Paulo, e nesse caso, da zona leste.

A construção dessa linha de metrô, como vimos, serviu para fazer do bairro de Itaquera uma nova centralidade, longe do "centro", propriamente dito. O fato de dispor de um transporte mais rápido, que conecte a região ao centro da capital, ofereceu novas possibilidades de uso de seu território.

Nos últimos anos, dentre as diversas iniciativas empreendidas pelo poder público paulistano e, no que se refere especificamente à Zona Leste do município de São Paulo, nos chama a atenção o programa de incentivos fiscais criado pela prefeitura.

Nesse sentido, portanto, o trabalho ora apresentado buscou destacar alguns pontos chaves na história da cidade de São Paulo. A qual, tanto em sua história como na atualidade, segue apresentando singularidades em vários aspectos de sua formação. Entretanto, uma das marcas conjunturais, presente nesta desde a colonização, é a segregação social, espacial e econômica, fruto das ações, comumente praticadas por um grupo pequeno da sociedade, em detrimento das reais necessidades da maioria da população pobre.

Assim, dentro desse contexto, temos uma das cidades mais populosas do mundo, cuja importância política, econômica e cultural, extrapola seus limites municipais. Centralidade da região metropolitana homônima, carrega consigo a força de atração das novidades tecnológicas, científicas e, sobretudo, informacional, antes que em qualquer outra parte do país.

Como foi possível verificar, também, a maior parte dos aportes técnicos em infraestrutura, realizados em território nacional, estiveram concentrados no estado de São Paulo, sobretudo na capital. O volume de acumulação de capital gerado, ao longo do processo de sua formação, é o que também lhe confere tal status.

Assim, no atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), em grande medida, a maior parte dos aportes técnicos no território, tendem muito mais em responder aos interesses das grandes corporações globais, do que o de minimizar as contradições advindas destas ações, que são sentidas por boa parte da população. Assim, no tocante ao trabalho ora apresentado, verifica-se justamente essa tendência, aplicada também seletivamente, na zona leste do Município.

Conforme dirá Santos (2005), em um canto tem-se a presença de uma fluidez virtual, requerida para o avanço do capital, beneficiada pela seletividade na instalação de novos objetos técnicos. Do outro, temos a velocidade do cotidiano, onde milhares de pessoas, mesclam-se entre as nomas impostas e a própria normatização da ação coletiva e/ou individual sobre o mesmo território. Assim, esta fluidez não é real, "porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas" (p. 256).

Portanto, a constituição de novas redes e novos fluxos, tanto materiais como, mas principalmente, imateriais, é o que marca o novo motor da produção atual. Não obstante, tal condição não apresenta-se apenas na cidade de São Paulo, mas em todo país, e também, em partes da América Latina.

Como explica Antas jr. (2004), a regulação do território antes dava-se com proeminência do Estado, mas, também, na atualidade, por "corporações e pelas instituições civis não-estatais, sobretudo aquelas de alcance planetário" (p. 84). De maneira que, "mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche", conforme aponta Santos (2005, p. 255).

Pois, ainda segundo ao autor (2005), o papel desempenhado pela ciência, tecnologia e informação, na formação sócioespacial atual, tem criado *espaços da racionalidade*, muito mais que espaços de convivência pública. Nesse caso, podemos citar São Paulo como sendo um destes espaços, já que sua organização territorial tem-se dado de modo a concentrar determinadas atividades, em locais específicos da cidade, bem como, também, em sua região metropolitana.

Assim, conforme vimos, em maio de 2004, sob a gestão de Marta Suplicy, foi aprovada a lei n. 13.833, que instituiu a criação do *Programa de Incentivos Seletivos para a área leste do Município de São Paulo.* Posteriormente, em dezembro de 2007, agora sob a gestão de Gilberto Kassab, é criado o *Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo*, a partir da lei n. 14.654, e modificada pela lei n. 14.888/2009, que alterou de cinco, para quatorze áreas incentivadas no total.

Nesse sentido, igual a sua lei antecessora (2004), esta lei tampouco demonstrou ser efetiva na atração de novos investimentos para esta região. Mesmo após um período de existência maior, com relação ao tempo de existência do programa anterior, não foram apresentados nenhum resultado. Ainda sob esta gestão, agora no ano de 2011, é aprovada a lei n. 15.413, criada especificamente a fim de instituir a *Concessão de Incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste do Município.* Nesse sentido, buscou-se atrair construtoras para região, a fim de que fosse construído o estádio que sediaria a abertura dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Para tanto, podemos dizer, que até o momento, a principal consequência dessas obras foi novamente a especulação imobiliária. Ademais de ter incorrido na ação de desalojamento de pessoas, da área em que se construiu o estádio, houve também uma revalorização dos imóveis em seu entorno e, portanto, uma nova reorganização e novos usos neste compartimento do território.

Ainda quanto aos programas de incentivos fiscais, atualmente, sob a gestão de Fernando Haddad, temos em andamento o *Programa de Incentivos Seletivos para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo*, criado pela lei n. 15.931, de dezembro de 2013.

Dessa maneira, semelhante aos programas anteriores e, apesar de manter algumas características, seu foco, além dos investimentos realizados em obras de construção,

também, é voltado a tipos específicos de serviços. De maneira que, com estes incentivos, busca-se incrementar à região certos tipos de atividades que, consoante ao de caso de São Paulo, tendiam a se concentrarem sobretudo nas zonas cêntrica e sudoeste da cidade.

Nesse sentido, se considerarmos nove o número de empresas ativas no programa, conforme apresentado e, levarmos em conta a publicação da PMSP (ver p. 63), onde além de anunciar o primeiro fruto da lei vigente, diz também, que esta se juntaria a outras cinco empresas, o que totalizaria em 6 estabelecimentos incentivados, poderíamos concluir que, o nível de atração deste programa, foi de apenas três novos empreendimentos para região.

Como no caso do programa de incentivos fiscais, abordado por este trabalho. Após mais de dez anos de existência, desde sua primeira versão, criada em 2004, até a atualidade, em 2015, a atração de novos investimentos à região, aparentemente, não se mostraram capazes de justificar sua permanência, ao contrário do que parece representar para a PMSP.

Dessa forma, o estado de São Paulo, portanto, configura-se enquanto lugar cujas formas presentes propiciam em certa medida, o que Milton Santos (2005) irá chamar, de *acontecer hierárquico*, pois, como explica o autor, este "é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades" (p. 257), ou seja, da racionalidade de mercado. Assim, se podemos dizer que há uma, como tal, esta é também, resultante da verticalidade com que são impostos os anseios dos agentes hegemônicos, em detrimento das demandas da maioria da população pobre.

E, nesse sentido, frente a alta densidade demográfica expressa na região leste da capital paulista, como apontamos, soma-se as contradições sócioespaciais as quais milhares de pessoas estão subjugadas a viver em pleno século XXI, ou seja, em condições análogas ao período que retratamos, na passagem do século XIX para o XX. Bem como em outras partes do país e da América Latina.

Portanto, ao que tudo indica, neste caso, o território enquanto norma está se impondo em relação ao território normado, uma vez que o programa de incentivos fiscais criado (em todas suas versões), não tem se mostrado eficaz na atração de investimentos para esta região do muncípio de São Paulo.

Assim, diante dos resultados obtidos e discussão apresentada, a maneira como se tem pensado o território nacional, sobretudo no Município de São Paulo, é possível dizer que se tem conseguido oferecer mais respostas aos interesses demandados por grandes empresas multinacionais, que requerem cada vez mais, um ambiente altamente competitivo e organizado. Enquanto que, as reais demandas sociais, cuja gênese remonta ao período do início da formação sócioespacial do país, seguem vigentes na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, André L. Visíveis pela violência! A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano, **Tese de Doutorado**, UNESP/Presidente Prudente, 2009

ANTAS JR, R. M. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território, p. 81-86. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 16, São Paulo, 2004 – disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73956/77616, acessado em: 03.12.2015

_____. **Território e Regulação:** espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito, Associação Editorial Humanitas, FAPESP, São Paulo, 2005

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, disponível em: www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283, acessado em: 03.12.2015

BARBOSA, Alexandre de F. O Mercado de trabalho antes de 1930, emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. p. 91-106. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, São Paulo, 2008 – disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100007&script=sci_arttext, acessado em: 03.12.2015

CANO, Wilson. Linhas gerais da dinâmica regional até a "Crise de 1929", p. 49-70. In: CANO, W., **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970**, 3ª Ed., Ed. UNESP, São Paulo, 2007

CARRASCO, André de O. Torres. O processo de produção do espaço urbano na modernização retardatária brasileira: uma hipótese sobre as novas formas de reposição de desigualdades, p. 68-83, **Revista Eptic Online**, Vol. 16, n° 1, 2014 – disponível em: www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/1862, acessado em: 03.12.2015

CASTILLO, R.; TREVISAN, Leandro. Racionalidade e Controle dos Fluxos Materiais no Território Brasileiro: o sistema de monitoramento de veículos por satélite no transporte rodoviário. In: DIAS, Leila C.; DA SILVEIRA, Rogério L. L. (Org.), **Redes, Sociedades e Territórios**, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2005

CATAIA, Márcio. A Alienação do Território – O papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro, p. 397-407. In.: SOUZA. Maria Adélia A. (Org.), **Território Brasileiro – Usos e abusos**, Ed. Territorial, Campinas, 2003

_____. Território Político: fundamento e fundação do Estado, p. 115-125. In: **Rev. Sociedade & Natureza**, vol. 23, n. 1, Uberlândia, 2011 – Disponível em: www.scielo.br/pdf/sn/v23n1/10.pdf, acessado em: 03.12.2015

CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio D. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. p. 7-14, In.: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**, Alberto D. CIMADAMORE e Antonio D. CATTANI (Orgs.), CLACSO/Tomo Editorial, Porto Alegre, 2007 – disponível em:

bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/02cat.pdf, acessado em: 03.12.2015

D'ANDREA, Tiarajú. **Itaquera, muito além da Copa do Mundo**. 2012. Le Monde Diplomatique Brasil, disponível em: https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1155, acessado em: 11.07.2015

KAHIL, Samira P. Usos do Território: Uma questão política, p. 7194-7204, **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, USP, São Paulo, 2005 – disponível em: www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/25.pdf, acessado em: 03.12.2015

MARTINS, Ricardo, **Folha Vila Prudente online**, disponível em: www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1569:incentivos-fiscais-para-a-zona-leste-mais-do-mesmo-ou-mais-de-menos&catid=94:artigos&Itemid=162, acessado em: 22.11.2015

MONTE-MOR, Roberto L. de M. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. **ETC – Espaço, Tempo e Crítica, Rev. Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, n. 14, v. 1, Rio de Janeiro, 2007

MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940), **Dissertação de Mestrado**, FFLCH DH/USP, São Paulo, 2006 – disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10072007-105811/publico/TESE_VANDERLICE_SOUZA_MORANGUEIRA.pdf, acessado em: 06.12.2015

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. Consumo e cultura material, São Paulo "Belle Époque" (1890-1915), **Tese de Doutorado**, IE/UNICAMP, Campinas, 2009 – disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000443458, acessado em: 06.12.2015

PASTI, André Buonani. A reorganização de São Paulo a partir do mercado de capitais e do circuito de informações financeiras. In: **Anais XVI ENG** (AGB) – Porto Alegre, 2010 – disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2618, acessado em: 09.12.2015

PENNA, Nelba A.; FERREIRA, Ignez B. Desigualdades Sócioespaciais e Áreas de Vulnerabilidades nas Cidades. p. 25-36, v. 13, n. 3, **Mercator/UFC**, 2014, disponível em: www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1331/558, acessado em: 03.12.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Nota publicada na página da Plataforma Gestão Urbana SP: **Arco do Futuro**, disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arco-do-futuro/, acessada em: 01.07.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Artigo publicado no site da PMSP: **O "ouro verde" e a cidade de São Paulo**, disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/index.php?p=4673, acessado em 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Nota publicada no site da PMSP: **Programa de incentivos da zona leste comemora criação de mais 3 mil empregos na região**, disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/noticias/?p=16169, acessado em: 01.07.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Lei 13.833/2004** publicada no site da PMSP, disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-13833-2004.pdf, acessada em 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Lei 14.654/2007** publicada no site da PMSP, disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-14654-2007.pdf, acessada em 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Lei 14.888/2009** publicada no site da PMSP, disponível em: www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=20012009L%20148880000, acessado em: 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Lei 15.413/2011** publicada no site da PMSP, disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-15413-2011.pdf, acessado em: 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Lei 15.931/2013** publicada no site da PMSP, disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-15931-2013.pdf, acessada em 03.06.2015

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Instrução Normativa n. 3/2014** publicada no site da PMSP, disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/legislacao/IN-SF-Surem-03-2014.pdf, acessado em: 28.11.2015

PRESIDENCIA DA REPUBLICA, **Lei 10.257/2001** publicada no site da Presidência da República, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm, acessado em: 03.12.2015

RIBEIRO, Ana Clara T. Pequena Reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado, p. 29-40, In: SOUZA, M.A.A. de. (Org.) **Território Brasileiro. Usos e abusos**. Edições Territorial, Campinas, 2003

ROLNIK, Raquel. **São Paulo, início da industrialização**: o espaço e a política, 1988, versão digital – disponível em: raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/saopaulo-oiniciodaindustrializacao.pdf, acessado em: 03.12.2015

_____.; FRUGÓLI JR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências, p. 43-66, **Cadernos Metrópole**, n. 6, 2001

SANTOS, Milton.; RIBEIRO, Ana C. Torres. **O Conceito de Região Concentrada**, Departamento de Geografia, IPPUR-UFRJ (mimeo), Rio de Janeiro, 1979

SANTOS, Milton. São Paulo, Metrópole Corporativa, p. 103-111. In: **Rev. de Adm. Pública**, vol. 23, n. 1, FGV, Rio de Janeiro, 1989 – Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9372/8438, acessado em 20.10.2015

_____**. Metrópole Corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**, Sec. de Estado da Cultura, Ed. NOBEL, São Paulo, 1990

_____. **A Urbanização Brasileira**, Hucitec, São Paulo, 1993 – PDF – disponível em: pt.scribd.com/doc/115812358/SANTOS-Milton-A-Urbanizacao-Brasileira, acessado em: 06.12.2015

_____. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, versão digital, 1994 – PDF, disponível em: reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf, acessado em: 03.12.2015

SANTOS, Milton. O Retorno do território. p. 225-260, In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Año 6, n. 16, CLACSO, Buenos Aires, 2005 – disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf, acessado em: 23.11.2015

_____. **Natureza do Espaço, Técnica e tempo. Razão e emoção.** 4ª ed. 2ª Reimpr. EDUSP, São Paulo, 2006 – PDF, disponível em: pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco, acessado em: 03.12.2015

_____. **Ensaios sobre a Urbanização Latino-Americana**, EDUSP, São Paulo, 2010

_____. **Economia Espacial: Críticas e alternativas**. EDUSP, São Paulo, 2011

SCHIFFER, Sueli R. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional, p. 73-110. In.: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs), **O processo de urbanização no Brasil**, EDUSP/FUPAM, São Paulo, 2010

SILVA, Adriana M. Bernardes da. A Contemporaneidade de São Paulo. Produção de Informações e novo uso do território brasileiro, **Tese de Doutorado**, USP, São Paulo, 2001

_____. A Nova Divisão Territorial do Trabalho Brasileira e a Produção de Informações na Cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). p. 413-432 In: SANTOS, m. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2005

SILVEIRA, Maria Laura. Por uma teoria do espaço latino-americano, In.: Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mônica Arroyo (Org.), **Questões territoriais na América Latina**, Ed. CLACSO, Buenos Aires, 2006

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo, p. 65-76. In: **Caderno CRH**, Vol. 22, n. 55, Salvador, 2009 – disponível em:

www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1940&article=623&mode=pdf, acessado em: 05.12.2015

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. 1ª reimp., Ed. Contexto, São Paulo, 2014

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano, p. 75-103, In. ARANTES, Otília VAINER, Carlos MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação Social como Teoria e como Método, p. 81-99. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, AGB/SP, São Paulo, 1977 – disponível em: ww.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf, acessado em: 05.12.2015

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial, p. 5-20 **Rev. Território**, Ano. IV, n° 6, 1999, disponível em: revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf,, acessado em: 03.12.2015

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Ano XV, Vol. XV, n. 1, Bauru, 2011 – disponível em: www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf, acessado em: 03.12.2015

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário, p. 458-70, **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, USP, São Paulo, 2005 – disponível em: www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf, acessado em: 03.12.2015

_____. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação, p. 23-32, Año VII, n° 21, **OSAL/CLACSO**, 2006 – disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal21/TorresRibeiro.pdf, acessado em: 03.12.2015

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e Urbanização. Repensando a Geografia**. Geografia Contexto, 2000 – PDF, Digital Source, disponível em: www.4shared.com/web/preview/pdf/eqqrr77Iba, acessado em: 05.12.2015

SILVA, Adriana M. Bernardes da.; CASTILLO, Ricardo. Dinámicas metropolitanas en la era de la globalización: la promoción inmobiliaria para empresas en la ciudad de São Paulo, Brasil. **Revista Eure**, Vol. XXXIII, n° 98, p. 45-56, Santiago – Chile, 2007, disponível em: www.scielo.cl/pdf/eure/v33n98/art03.pdf, acessado em: 03.12.2015

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades, p. 17-37. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto Lobato.; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.), **A Cidade Contemporânea – segregação espacial**, Ed. Contexto, São Paulo, 2013 – disponível em: editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/1562/a_cidade_contemporanea_capitulo_1.pdf, acessado em: 05.12.2015

GORELIK, Adrián. A Produção da "cidade latino-americana", p. 111-133. In: **Tempo Social revista de sociologia da USP**, Vol. 17, n. 1, São Paulo, 2005 – disponível em: www.revistas.usp.br/ts/article/view/12456/14233, acessado em: 05.12.2015

CRUZ, Thais F. dos Santos. Paranapiacaba: a arquitetura e o urbanismo de uma Vila Ferroviária, **Dissertação de Mestrado**, EESC/USP, São Carlos, 2007

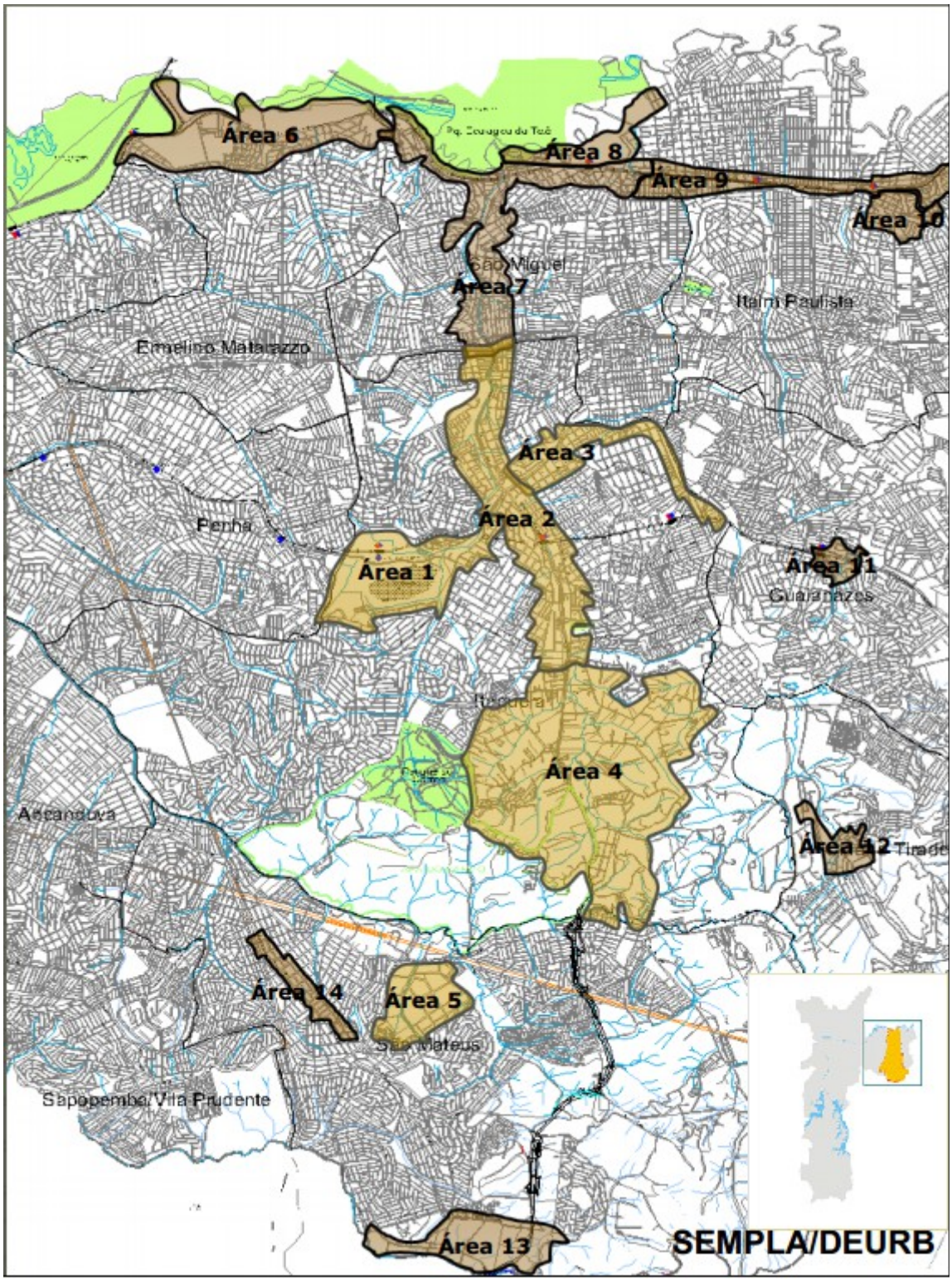
SPOSITO, Maria E. B. A Gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana, p. 27-37. In: **Revista TERRITÓRIO**, Ano III, n. 4, Rio de Janeiro, 1998

SPOSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação?, p. 43-51. In: **Caderno Prudentino de Geografia/AGB**, Vol. 1, n. 21, Presidente Prudente, 1999 – disponível em: www.agbpp.dominiotemporario.com/doc/spositon21.pdf, acessado em: 05.12.2015

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: Novas Perspectivas para a reforma urbana. In: **Caderno Pólis 4**, São Paulo, 2001 – disponível em: www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf, acessado em: 05.12.2015

ANEXOS

ANEXO I - PERÍMETRO DE AÇÃO DO PROGRAMA (ÁREAS INCENTIVADAS)



Fonte: Apresentação da PMSP – ZONA LESTE (com adaptações) – disponível em: http://www.ipdeletron.org.br/assets/pdf/aprepqt.pdf, acessado em 09.12.2015

ANEXO II – QUADRO DOS CONTRIBUINTES ADERIDOS AO PROGRMAMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM REGIÃO DA ZONA LESTE

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CNPJ	Razão Social	Data adesão ao programa	Data de exclusão do programa	Situação no programa
08.075.274/0001-51	Vikstar Contact Center AS	08/02/2014		Ativo
06.239.791/0001-93	Jlt - Empreend Hoteleiros e Participacoes Ltda - Epp	22/02/2014		Ativo
46.367.850/0001-23	Clinica e Nefrologia Leste Ltda	28/03/2014		Ativo
10.331.141/0001-40	Colegio Sol Nascente Ltda me	25/09/2014		Ativo
59.871.780/0001-98	RADIANTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	26/08/2014		Suspenso
07.741.741/0001-72	Sps Instalação e Manutenção de tv a Cabo Ltda - Epp	28/05/2015		Ativo
10.851.805/0011-74	Flex Contact Center S.A.	12/06/2015		Ativo
44.772.937/0001-50	Telematica Sistemas Inteligentes Ltda	05/08/2015		Ativo
04.163.433/0047-00	Icatel - Telematica Servicos e Comercio Ltda	13/08/2015		Ativo
04.409.545/0001-07	Itp Pack Industria, Com, Imp, Exp e Representacoes Ltda	28/08/2015		Ativo
03.993.787/0001-28	MICROBUY INFORMATICA LTDA - ME	05/04/2014	01/05/2015	Excluído

Fonte: Subsecretaria da Receita Municipal

Fonte: SFDE